

# BMEP

Boletim Mensal de Economia  
Portuguesa

- Nº 12 | Dezembro 2008



Gabinete de Estratégia e Estudos  
Ministério da Economia e da Inovação

GPEARI  
Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação  
e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

## **Ficha Técnica**

---

**Título:** Boletim Mensal de Economia Portuguesa

**Data:** Dezembro de 2008

Elaborado com informação disponível até ao dia 22 de Dezembro.

### **Editores**

#### **Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia e Inovação

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: [gee@gee.min-economia.pt](mailto:gee@gee.min-economia.pt)

#### **Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av<sup>a</sup> Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: [bmep@gpeari.min-financas.pt](mailto:bmep@gpeari.min-financas.pt)

**ISSN: 1646-9062**

## Índice

<b>Conjuntura</b>	<b>1</b>
Sumário	3
1. Enquadramento Internacional	5
2. Conjuntura Nacional	8
3. Comércio Internacional	18
<b>Destaques</b>	<b>25</b>
Grupo de produtos Agro-alimentares entre os mais dinâmicos nas expedições/exportações portuguesas	27
<b>Artigos</b>	<b>31</b>
Em Análise	33
<i>Ease of Doing Business 2009: Facilidade de fazer negócios em Portugal</i>	33
<b>Iniciativas e Medidas Legislativas</b>	<b>39</b>
<b>Abreviaturas Utilizadas</b>	<b>39</b>



**Conjuntura**



## Sumário

### Enquadramento Internacional

- \* Os dados relativos ao 4º trimestre para a generalidade das economias mundiais apontam para a continuação do abrandamento da actividade económica. Como resposta, alguns bancos centrais, entre eles, o Banco Central Europeu e o Federal Reserve dos EUA baixaram as taxas de juro de refinanciamento para 2,5% e para um intervalo entre os 0% e 0,25% nos dias 4 e 16 de Dezembro, respectivamente.
- \* As taxas de juro a 3 meses prosseguiram o movimento descendente, iniciado no mês passado. Assim, no dia 22 de Dezembro, a taxa de juro a 3 meses situou-se em 1,5% e 3,1% para os EUA e a área do euro, respectivamente (2,2% e 3,85% no final de Novembro).
- \* Nos EUA, os indicadores disponíveis para os meses de Outubro e Novembro sugerem a continuação do abrandamento económico. Em Novembro, a taxa de desemprego subiu para 6,7% e a taxa de inflação diminuiu para 1,1%.
- \* Em Novembro, o indicador de sentimento económico da UE e da AE continuaram a diminuir, tendo atingindo os valores mais baixos desde fins de 1993. Os indicadores disponíveis para o mês de Outubro apontam para um enfraquecimento da actividade económica. A taxa de desemprego voltou a aumentar para 7,7% em Outubro (7,6% no mês precedente).
- \* No início de Dezembro, o preço *spot* do petróleo *Brent* manteve a tendência de quebra, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 22, registado um valor de 45 USD/bbl, 14,3% abaixo da média do mês de Novembro.

### Conjuntura Nacional

- \* No 3º trimestre, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o PIB registou um crescimento real homólogo de 0,6%, representando uma quebra de 0,1% face ao 2º trimestre.
- \* Em Outubro, a generalidade dos indicadores disponíveis para a actividade económica evidenciou uma evolução mais desfavorável, face ao mês precedente.
- \* O indicador de sentimento económico da Comissão Europeia para Portugal, relativo ao mês de Novembro, apresentou uma quebra significativa, reflectindo uma deterioração da confiança dos empresários na generalidade dos sectores e dos consumidores.
- \* A informação disponível para os dois primeiros meses do 4º trimestre sugere um menor dinamismo do consumo privado e uma forte deterioração do investimento.
- \* Em Novembro, a taxa de inflação homóloga foi de 1,4%, menos 0,9 p.p. do que no mês anterior, situando-se 0,7 p.p. abaixo do verificado na área do euro. A taxa de inflação subjacente foi de 2,2% (menos 0,3 p.p. do que no mês anterior).
- \* Até Novembro de 2008, o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, situou-se em 6171,6 milhões de euros, revelando um agravamento de 659,5 milhões de euros quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O défice primário foi de 1247,5 milhões de euros, mais 410,5 milhões de euros do que o registado no período homólogo. A Segurança Social apresentou um excedente orçamental de 1922 milhões de euros (474 milhões de euros acima do resultado registado no período homólogo do ano anterior). Os Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP e o SNS, apresentam um excedente de 429 milhões de euros, 75 milhões de euros acima do registado no mesmo período de 2007.

## Comércio Internacional

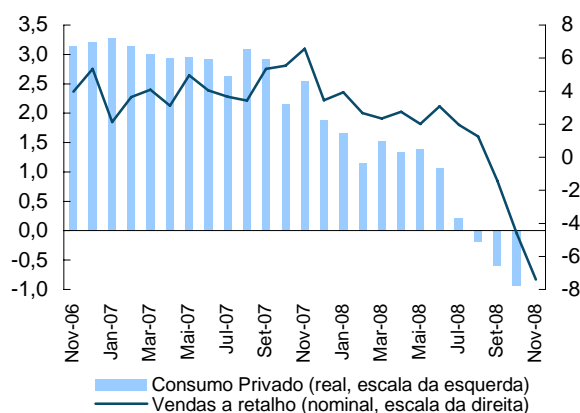
- \* Nos últimos 12 meses a terminar em Setembro de 2008, excluindo os produtos energéticos, as saídas de mercadorias cresceram 3,3%, tendo as entradas aumentado 6,0%.
- \* Segundo dados já disponíveis para o período de Janeiro a Outubro de 2008 para o comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros, nos últimos 12 meses, terão aumentado 14,0%, e as importações 21,1%.
- \* Nos últimos 12 meses a terminar em Setembro de 2008, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 6,4% em termos homólogos. Desse crescimento, 45,5% é explicado pelas “exportações” de Serviços.
- \* Das seis rubricas que maiores crescimentos homólogos revelaram nas “exportações” de Bens e Serviços, quatro pertencem à área dos Serviços: “Informação e Informática” (+32,1%), “Construção” (+20,8%), “Transportes” (+17,5%) e “Outros Fornecimentos por Empresas” (+11,7%). Entre os grupos de produtos destacaram-se os “Energéticos” (+36,6%), com o maior acréscimo no conjunto dos Bens e Serviços, e os “Agro-alimentares” (+17,5%).
- \* No mesmo período, as rubricas que proporcionalmente mais contribuíram para o crescimento das “exportações” de Bens e Serviços, foram os serviços de “Transportes” (20,2%), os grupos de produtos “Energéticos” (18,7%), “Agro-alimentares” (17,8%), e “Químicos” (10,5%), e os serviços de “Viagens e Turismo” (10,0%) e “Outros fornecimentos por empresas” (9,8%).

## 1. Enquadramento Internacional

### Actividade Económica Extra-UE

No 4º trimestre, o abrandamento da economia mundial acentuou-se, devido à amplificação da crise financeira internacional; enquanto as pressões inflacionistas foram atenuadas em resultado da quebra acentuada dos preços das matérias-primas e à desaceleração da procura. Neste período, assistiu-se a um enfraquecimento da actividade económica dos **EUA**, especialmente ao nível do consumo e do investimento privado, reflectindo o desaparecimento dos efeitos dos incentivos fiscais às famílias e empresas, a deterioração do mercado de trabalho e à manutenção das quebras das vendas de habitação.

**Figura 1.1. Consumo Privado e vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)**

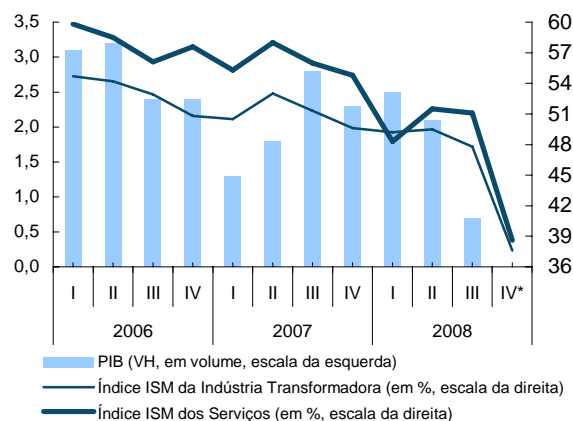


Fonte: Bureau of Economic Analysis.

De facto, nos primeiros meses do 4º trimestre, em termos homólogos:

- O consumo privado caiu 0,9% em termos reais em Outubro (-0,6% em Setembro) e as vendas a retalho diminuíram 6% em termos nominais no conjunto dos meses de Outubro e Novembro (+0,6% no 3º trimestre) em linha com o baixo nível atingido pelo indicador de confiança dos consumidores;
- a produção industrial decresceu 5%, em média, nos meses de Outubro e Novembro (-3% no 3º trimestre), em parte, devido à quebra do sector automóvel e os indicadores de confiança da indústria transformadora e dos serviços apresentaram uma deterioração significativa;
- a taxa de desemprego subiu para 6,6%, em média, nos meses de Outubro e Novembro (6% no 3º trimestre), o valor mais elevado desde meados de 1994.

**Figura 1.2. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA**

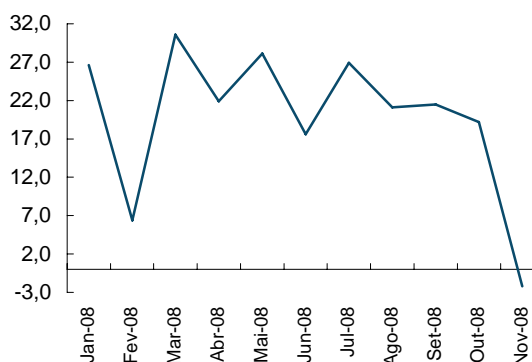


Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management.  
Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contracção da actividade. \* Média de Outubro e Novembro.

A taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,1% em Novembro (3,7% em Outubro), para o qual contribuiu sobretudo a descida dos preços de energia.

No 4º trimestre, a actividade económica da **China** deu sinais de uma maior moderação, tanto ao nível da desaceleração da produção industrial como da quebra registada nas exportações, sobretudo devido à redução das encomendas provenientes dos EUA. Em Novembro e, em termos homólogos, a produção industrial abrandou para 5,4% (8,2% em Outubro) e as exportações caíram 2,2% em termos nominais (+19,2% em Outubro). A taxa de inflação continuou a diminuir, tendo-se situado em 2,4% em termos homólogos em Novembro (4% em Outubro).

**Figura 1.3. Exportações de mercadorias da China (VH nominal, em %)**



Fonte: Instituto de Estatística da China (NBSC).

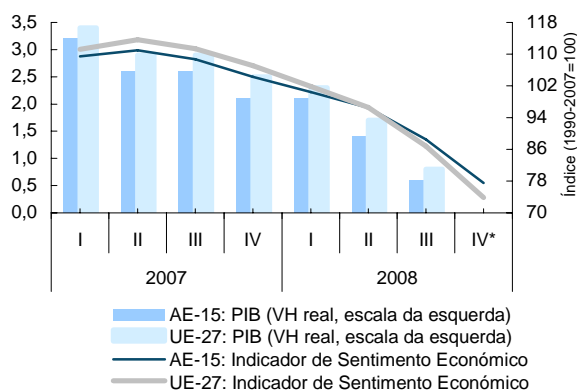
**Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008			2008			
				3T	4T		1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov
EUA – PIB real	VH	BEA	2,0	2,8	2,3	2,5	2,1	0,7	-	-	-	-	
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	1,7	1,8	2,1	1,8	0,2	-3,0	-1,9	-6,3	-4,5	-5,5	
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	51,1	51,3	49,6	49,2	49,5	47,8	49,9	43,5	38,9	36,2	
Índice ISM dos Serviços	%	"	56,0	56,0	54,8	48,3	51,5	51,1	51,6	52,1	44,2	33,0	
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	85,6	85,7	77,5	72,9	59,6	64,8	63,0	70,3	57,6	55,3	
Taxa de Desemprego	%	BLS	4,6	4,7	4,8	4,9	5,3	6,0	6,1	6,1	6,5	6,7	
China – PIB real	VH	NBSC	11,8	11,5	11,2	10,6	10,1	9,0	-	-	-	-	
Exportações	VH	MC	25,7	26,5	22,2	21,2	22,5	23,2	21,1	21,5	19,2	-2,2	
Japão – PIB real	VH	COGJ	2,4	2,1	2,0	1,4	0,6	-0,3	-	-	-	-	

### Actividade Económica da UE

No conjunto dos meses de Outubro e Novembro, o indicador de sentimento económico diminuiu para o conjunto da União Europeia (UE) e da área do euro (AE), tendo este comportamento sido extensível a todos os países. Todas as componentes daquele indicador regrediram, tendo sido os indicadores de confiança dos empresários da indústria e dos serviços aqueles que registaram uma deterioração mais significativa.

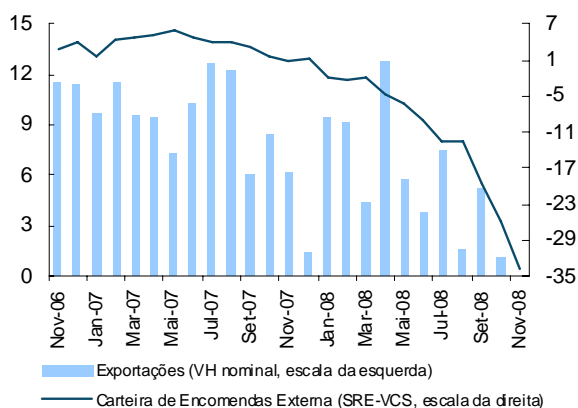
**Figura 1.4. PIB e Sentimento Económico da UE e Área do Euro**



Fontes: CE; Eurostat. \* Média de Outubro e Novembro.

Os indicadores quantitativos disponíveis para a área do euro, em Outubro, indiciam um enfraquecimento da actividade económica.

**Figura 1.5. Exportações e Carteira de Encomendas Externa da Área do Euro**



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

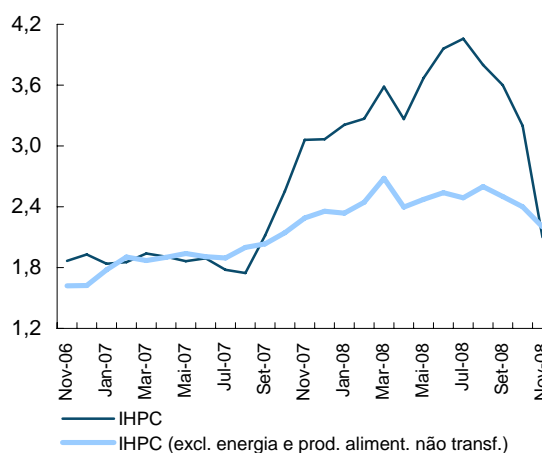
Em Outubro e, em termos homólogos:

- as vendas a retalho registaram uma quebra de 2,3% em termos reais (-1,7% em Setembro);

- o total da produção industrial caiu 4,9% (-2,7% em Setembro), em resultado de uma diminuição mais acentuada da produção de bens de consumo duradouros e de bens intermédios;
- as exportações abrandaram para 1,1% em termos nominais (5,2% em Setembro);
- a taxa de desemprego na área do euro aumentou para 7,7% (7,6% em Setembro) com destaque para a continuação de subidas mais significativas registadas em Espanha e Irlanda. As expectativas dos empresários quanto à criação de emprego deterioraram-se em Novembro, tendência que abrangeu todos os sectores.

Em Novembro, a taxa de inflação da área do euro abrandou para 2,1% em termos homólogos (3,2% em Julho), e diminuiu para 3,4% em termos de variação média dos últimos 12 meses (3,5% em Outubro), em resultado da desaceleração acentuada dos preços de energia. A taxa de inflação homóloga, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados também diminuiu para 2,2% (2,4% em Outubro).

**Figura 1.6. Índice Harmonizado de Preços no Consumidor da Área do Euro (VH, em %)**



Fonte: Eurostat.

Na área do euro, os custos horários do trabalho do total da economia (excluindo os sectores da Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades) aceleraram para 4% em termos homólogos nominais no 3º trimestre (2,8% no 2º trimestre).

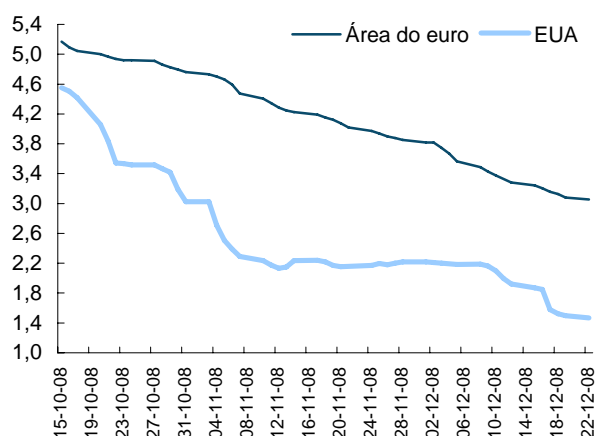
**Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE**

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007		2008			2008			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	2,9	2,9	2,5	2,3	1,7	0,8	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	110,8	111,4	107,0	101,8	96,6	86,8	86,7	84,9	77,2	70,5
Área do Euro (AE-15) – PIB real	VH	Eurostat	2,6	2,6	2,1	2,1	1,4	0,6	-	-	-	-
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	108,4	108,7	104,3	100,5	96,5	88,5	88,5	87,5	80,0	74,9
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	3,5	3,8	3,2	2,4	1,0	-1,6	-1,1	-2,7	-4,9	-
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	0,9	1,2	-0,1	-0,5	-1,4	-1,8	-1,7	-1,7	-2,3	-
Taxa de Desemprego	%	"	7,4	7,4	7,2	7,2	7,4	7,5	7,5	7,6	7,7	-
IHPC	VH	"	2,1	1,9	2,9	3,4	3,6	3,8	3,8	3,6	3,2	2,1

## Mercados Financeiros e Matérias-Primas

No sentido de atenuar os efeitos da crise financeira internacional no funcionamento da actividade económica real e na confiança dos agentes económicos, os Bancos Centrais da generalidade dos países procederam à redução das taxas de juro de referência. A 4 e 16 de Dezembro, o BCE e a Reserva Federal dos EUA desceram-nas para 2,5% e para o intervalo de 0% a 0,25%, respectivamente. As taxas de juro de curto prazo prosseguiram o movimento descendente, situando-se no dia 22 de Dezembro, em 3,1% e 1,5%, na área do euro e nos EUA.

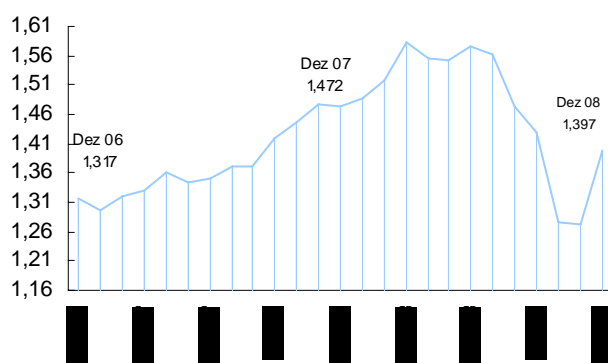
**Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 meses do mercado monetário** (valores diários, em %)



Fonte: IGCP.

Em Novembro, as taxas de juro de longo prazo diminuíram tanto nos EUA como na área do euro, tendo sido mais acentuada no caso dos EUA.

**Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar** (fim de período)



Fonte: Banco de Portugal. Para Dezembro o valor é do dia 22.

**Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais**

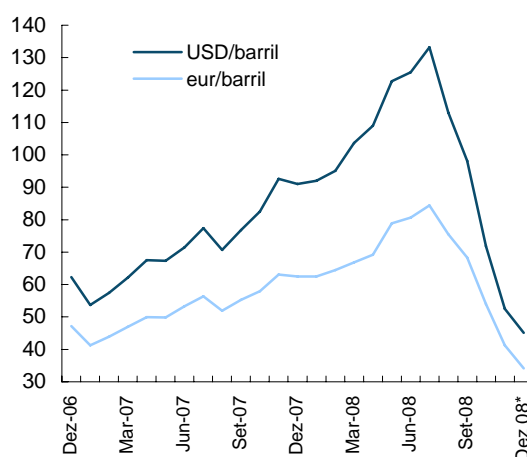
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008			2008			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov	
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	4,69	4,79	4,69	4,73	4,95	5,28	4,96	5,28	4,76	3,85	
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	4,63	4,73	4,26	3,66	3,89	3,86	3,89	3,69	3,81	3,53	
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	4,32	4,46	4,34	4,12	4,50	4,55	4,47	4,43	4,30	4,09	
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,472	1,418	1,472	1,581	1,576	1,430	1,474	1,430	1,276	1,273	
Dow Jones*	VC	Yahoo	6,4	3,6	-4,5	-7,6	-7,4	-4,4	1,5	-6,0	-14,0	-5,4	
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	6,8	-2,4	0,4	-17,5	-7,6	-9,4	-0,1	-9,7	-14,7	-6,2	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	72,55	74,97	88,70	96,91	119,07	114,80	113,08	98,13	71,89	52,54	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	11,4	7,9	48,6	67,8	73,1	53,1	59,9	27,7	-12,9	-43,3	
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	U E G e R P	2,0	0,0	32,3	46,6	49,5	39,5	45,4	23,5	-6,9	-34,6	
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	52,7	54,4	60,0	64,5	77,1	76,4	74,5	69,9	58,4	38,7	

\* Fim de período; \*\* Valores médios; \*\*\* Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramos de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflador, utiliza-se o último deflador correccionado).

Entre Outubro e Novembro, assistiu-se a uma depreciação do euro, tendência que se prolongou até ao início de Dezembro. Porém, a partir do dia 10 do mês em curso, o euro registou uma apreciação significativa face ao dólar, tendo atingido, no dia 22, o valor de 1,40, representando uma apreciação de 9,8% face ao final do mês de Novembro.

Em Dezembro, o preço do petróleo Brent manteve a tendência de queda acentuada, situando-se, em média, até ao dia 22, em 45 USD/bbl (34 €/bbl), 69% (63%) abaixo do valor mais alto registado este ano, em meados de Julho. Esta tendência esteve, em parte, associada à perspectiva de enfraquecimento da procura mundial.

**Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent** (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. \* Média dos dias 1 a 22.

Em Novembro, o preço relativo do petróleo importado diminuiu para 38,7% do valor máximo atingido durante a crise petrolífera de 1979.

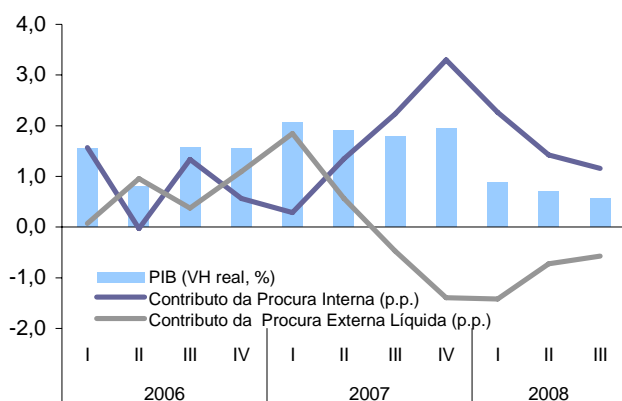
Também neste mês, o preço das matérias-primas não energéticas registou uma quebra de 20% em termos homólogos (-13% em Outubro). Esta evolução abrangeu a totalidade dos produtos, tendo a diminuição sido especialmente significativa no caso dos preços de metais que caíram 33% em termos homólogos (-27% em Outubro).

## 2. Conjuntura Nacional

### Actividade económica e Oferta

De acordo com as Contas Nacionais Trimestrais do INE, o PIB registou um crescimento homólogo real de 0,6% no 3º trimestre de 2008, traduzindo-se numa ligeira desaceleração relativamente à taxa homóloga registada no trimestre anterior (0,7%), e numa quebra marginal de 0,1% em relação ao PIB do trimestre anterior.

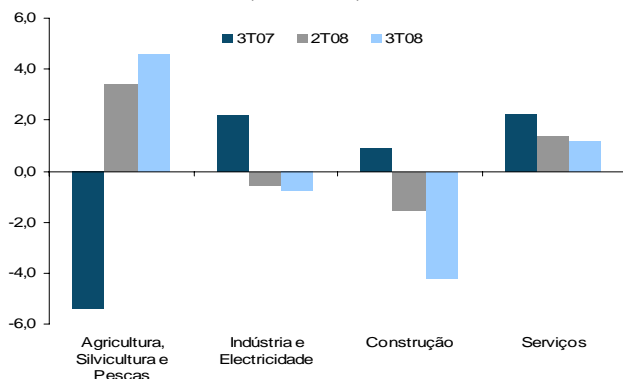
**Figura 2.1. Contributos para o crescimento do PIB**



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais 3º Trimestre de 2008.

A procura externa líquida teve um contributo menos negativo (-0,6 p.p.) que no trimestre precedente (-0,7 p.p.). A taxa de variação da procura interna líquida desacelerou para 1,1% (de 1,3% no trimestre anterior), determinado por uma aceleração do consumo privado e quebra do investimento e do consumo público.

**Figura 2.2. VAB por sectores (VH real, %)**



Fonte: INE, Contas Nacionais Trimestrais 3º Trimestre de 2008.

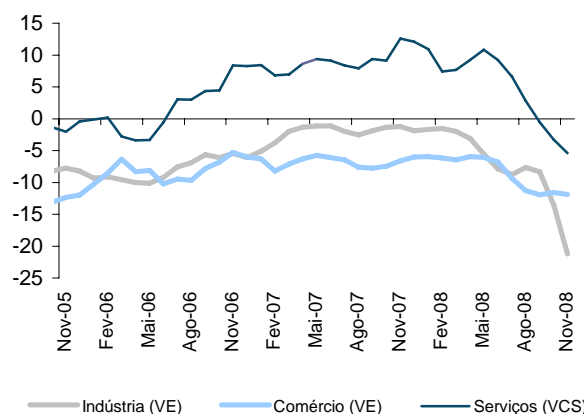
### Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008			2008			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov	
PIB – CN Trimestrais*	VH Real	INE	1,9	1,8	1,9	0,9	0,7	0,6	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	101,2	100,7	101,9	100,5	95,7	91,2	93,0	87,3	79,0	77,3	
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VE	INE	-2	-2	-2	-2	-8	-8	-5	-12	-24	-28	
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-7	-7	-6	-6	-9	-12	-11	-11	-14	-16	
Indicador de Confiança dos Serviços	SRE-VCS	"	9	9	12	8	9	-1	0	-5	-5	-6	
Indicador de Confiança da Construção	SRE-VE	"	-41	-39	-43	-38	-37	-41	-41	-42	-43	-47	
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	3,2	2,0	2,8	-0,3	-1,7	-1,4	0,0	-5,0	-4,1	:	
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	6,2	3,9	7,0	3,8	5,4	7,2	1,1	8,4	-3,6	:	
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	4,5	4,6	6,2	3,1	1,5	2,4	-2,5	2,7	-1,7	:	

Em relação ao VAB, o ramo da Agricultura, Silvicultura e Pescas cresceu 4,6% em termos homólogos, mas os restantes sectores revelam uma evolução progressivamente pior desde o 4º Trimestre de 2007, estando os sectores da Indústria e a da Construção em contracção desde o 1º trimestre de 2008.

Nos três meses terminados em Novembro de 2008, os indicadores de confiança pioraram em todos os sectores de actividade face aos meses anteriores.

**Figura 2.3. Indicadores de Confiança (SRE, MM3)**



Fonte: INE.

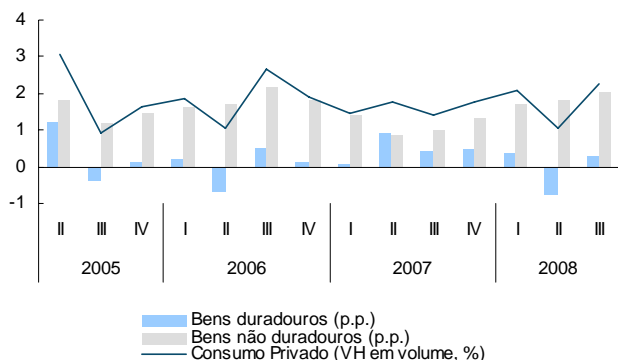
Os dados quantitativos de Outubro sugerem, em termos homólogos, um agravamento da actividade económica para todos os sectores de actividade:

- na indústria transformadora, os índices de produção e de volume de negócios, registaram uma quebra de 4,1% e 3,6%, respectivamente;
- na construção o índice de produção caiu 4,7%;
- nos serviços o índice de volume de negócios apresentou uma quebra de 1,7%.

## Consumo Privado

No 3º trimestre de 2007, o crescimento homólogo real do consumo privado acelerou para 2,3% (1% no 2º trimestre), sobretudo devido à acentuada recuperação registada nos bens duradouros (variação homóloga de 2,3%, que compara com -6,2% no 2º trimestre). No conjunto dos três primeiros trimestres do ano o consumo privado registou um crescimento homólogo real de 1,8%, superior ao que se verificou em igual período de 2007 (1,5%).

**Figura 2.4. Crescimento Real do Consumo Privado e Principais Contributos**



Fonte: INE.

O índice de volume de negócios no comércio a retalho registou, em Outubro, uma variação homóloga de -0,8% (-0,6% em Setembro). Esta evolução resulta exclusivamente da quebra homóloga (-4,7%) registada nos bens não alimentares, já que os bens alimentares registaram um forte crescimento em termos homólogos.

Em Novembro, o indicador de confiança dos consumidores manteve-se inalterado face ao mês precedente, reflectindo, por um lado, a melhoria das perspectivas para a situação financeira das famílias e para a situação económica do país, e por outro, a deterioração das expectativas sobre o mercado de trabalho e a capacidade para a realização de poupança.

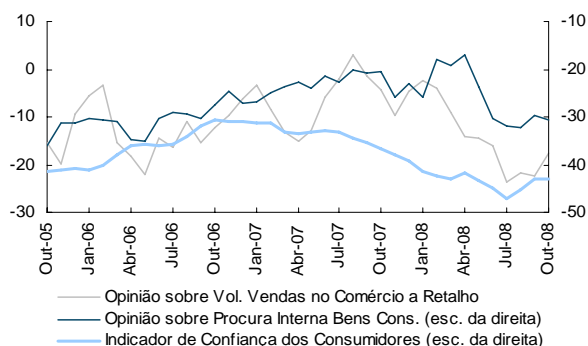
No mesmo período, as opiniões dos empresários pioraram significativamente no que diz respeito à actividade no comércio a retalho, e moderadamente no que toca à evolução da procura interna dirigida à indústria transformadora de bens de consumo.

### Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008			2008			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov	
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	1,6	1,4	1,8	2,1	1,0	2,3	-	-	-	-	
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-35,2	-36	-39	-43	-45	-43	-41	-40	-48	-48	
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-6	-2	-5	-9	-16	-22	-11	-22	-20	-34	
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	0	-0,4	-0,3	1,6	0,6	1,0	1,0	-0,6	-0,8	:	
Bens alimentares	VH	"	-0,2	-1,1	-2,4	3,3	1,4	2,2	3,2	-0,1	4,0	:	
Bens não alimentares	VH	ACAP	0,1	0,3	1,4	0,1	-0,1	0,1	-0,8	-1,0	-4,7	:	
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	INE	3,7	11,4	10,3	11,7	1,9	0,9	4,8	6,4	-6,4	-3,5	
Importações de bens de consumo***	VH	INE	9,1	9,9	7,3	3,3	2,5	3,7	-4,3	9,5	:	:	

\* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; \*\* Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; \*\*\* Exclui material de transporte.

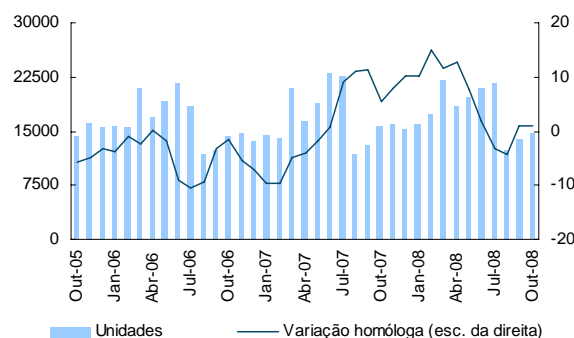
**Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)**



Fonte: INE.

A venda de automóveis ligeiros de passageiros registou, em Outubro, um decréscimo homólogo de -6,4%. Este resultado inverteu, assim, o comportamento positivo registado nos dois meses precedentes e parece confirmar a tendência descendente que vem sendo registada desde o início do ano.

**Figura 2.6. Venda de automóveis ligeiros de passageiros (MM3)**

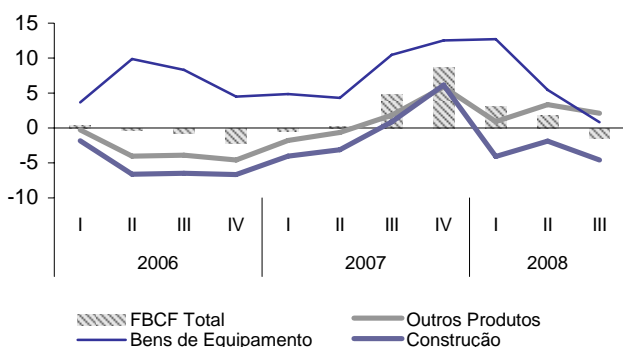


Fonte: ACAP.

**Investimento**

No 3º trimestre, a FBCF apresentou uma quebra real de 1,4%, de acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE. Para este resultado concorreu a variação homóloga negativa registada no investimento em material de transporte e em construção apenas parcialmente compensada pela evolução positiva do investimento em produtos metálicos e máquinas.

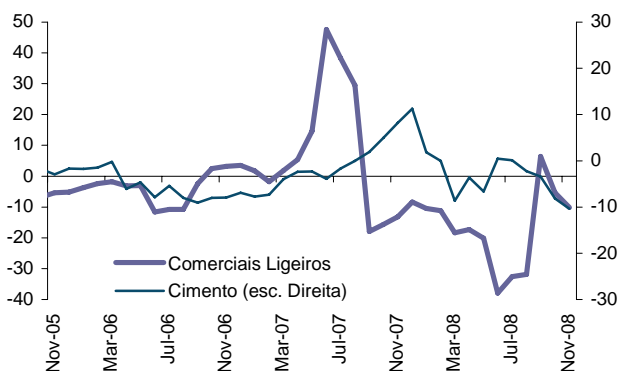
**Figura 2.7. Formação Bruta de Capital Fixo**  
(VH, preços constantes 2000)



Fonte: INE

Os dados disponíveis para os dois primeiros meses do 4º trimestre apresentaram uma evolução muito desfavorável em todas as componentes do investimento: na construção, no material de transporte e nos outros bens de investimento.

**Figura 2.8. Indicadores de Investimento**  
(VH, MM3)

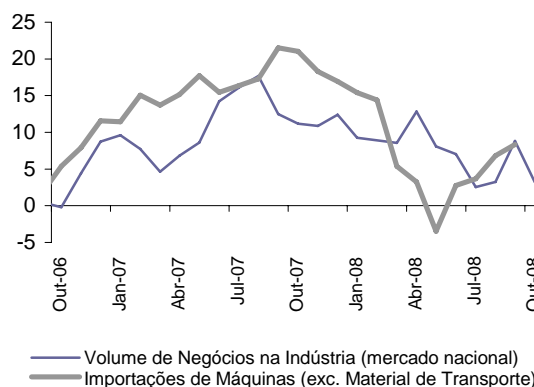


Fontes: SECIL e CIMPOR e ACAP.

Assim, em Outubro e Novembro e em termos médios homólogos:

- as vendas de cimento apresentaram uma quebra de 15% (-3,4% no 3º trimestre);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram uma variação negativa de 13,5% (6,4% no trimestre precedente).
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso mantêm um comportamento desfavorável.

**Figura 2.9. Bens de Equipamento**  
(MM3)



Fonte: INE.

Em Outubro, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou uma forte quebra (-10,5% em termos homólogos, que compara com +8,8% 3º trimestre).

As importações de Bens de Capital, excepto Material de Transporte, registaram um crescimento de 8,3% no 3º trimestre do ano (2,8% no 2º trimestre).

**Quadro 2.3 Indicadores de Investimento**

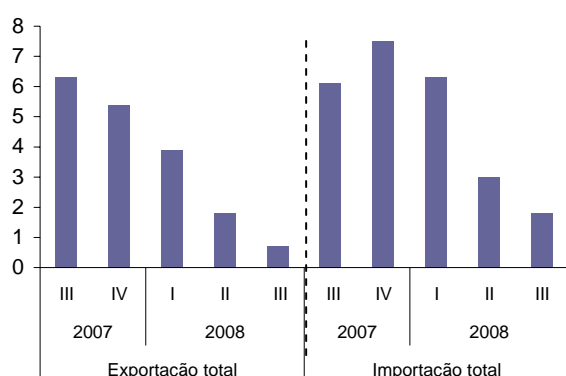
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007		2008			2008			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	3,2	4,8	8,6	3,2	1,9	-1,4	:	:	:	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	1,0	1,9	11,3	-8,7	0,5	-3,4	-14,9	0,1	-9,7	-20,7
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	6,1	-18,0	-8,3	-18,3	-38,0	6,4	-4,1	-1,8	-9,1	-17,4
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	ACAP	6,4	-19,8	92,9	19,0	3,9	-3,2	-22,4	1,9	4,8	-46,4
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	0	-1	1	4	-4	-26	-20	-31	-29	-38
Licenças de Construção de fogos	VH	INE	-7,2	-3,3	-8,4	-19,6	-17,8	-38,5	-39,5	-37,8	-40,7	:
Importações de Bens de Capital**	VH	INE	16,8	21,5	16,9	5,4	2,8	8,3	1,4	11,6	:	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	INE	11,1	12,5	12,4	8,6	7,0	8,8	0,7	19,8	-10,5	:

\* no Comércio por Grosso; \*\* excepto Material de Transporte; \*\*\* para o Mercado nacional

## Contas Externas

No 3º trimestre de 2008, de acordo com as Contas Nacionais Trimestrais, o crescimento homólogo real das exportações de bens e serviços desacelerou para 0,7% (1,2% no 2º trimestre), seguindo a tendência iniciada no 4º trimestre de 2006. Esta evolução reflecte um abrandamento nas exportações de bens (de 1,2% para 0,9%), mas sobretudo no abrandamento das exportações de serviços (de 3,8% para 0,1%). As importações também desaceleraram para 1,8% (3% no trimestre precedente), resultado em grande medida explicado pela redução da taxa de crescimento das importações de serviços para 1,1% (de 6,4% no 2º trimestre).

**Figura 2.10. Comércio Externo**  
(VH em volume, %)



Fonte: INE, Contas nacionais Trimestrais, 3º Trimestre de 2008.

As taxas de variação homóloga dos deflatores das exportações e importações no 3º trimestre, 3,8% e 4,1%, respectivamente, superiores à taxa homóloga de variação do IPC-bens no mesmo período (3,2%), foram influenciadas pela evolução do preço dos combustíveis.

Em Outubro, de acordo com informação preliminar divulgada pelo INE no âmbito do SDDS, os fluxos comerciais registaram uma quebra em termos homólogos, com as exportações e importações nominais a caírem 6,5% e 1,1%, respectivamente.

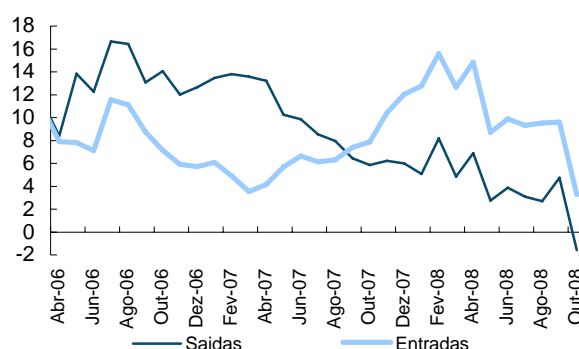
### Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008			2008			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jul	Ago	Set	Out*	
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	7,5	6,3	5,4	3,9	1,8	0,7	-	-	-	-	
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	5,6	6,1	7,5	6,3	3,0	1,8	-	-	-	-	
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	-7,4	-8,0	-8,2	-8,9	-8,9	-10,0	-	-	-	-	
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-8,7	-10,0	-9,4	-9,7	-10,3	-12,2	-	-	-	-	
Saídas de mercadorias	VH nom	"	8,9	6,4	6,0	4,9	3,9	4,7	10,1	-1,3	3,6	-6,5	
Entradas de mercadorias	VH nom	"	7,4	7,4	12,0	12,7	9,9	9,6	16,6	4,8	6,7	-1,1	

Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007		2008	
				Setembro	Jan-Setembro	Setembro	Jan-Setembro
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 <sup>6</sup> euros	BP	-13.452	-1.379	-9.230	-1.310	-12.112
Saldo Balança de Bens	"	"	-17.491	-1.489	-12.242	-1.670	-15.240
Saldo Balança de Serviços	"	"	6.720	645	5.090	774	5.344
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7.376	-586	-5.381	-778	-6.149
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2.634	55	1.963	179	1.937

\* valores preliminares divulgados pelo INE no âmbito do SDDS.

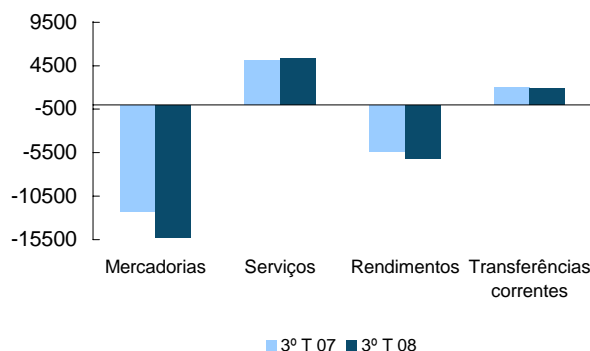
**Figura 2.11. Fluxos de mercadorias**  
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

No 3º trimestre, o saldo da balança de Bens e Serviços agravou-se para -10% do PIB (-8,9% no 3º trimestre de 2007). As necessidades de financiamento da economia aumentaram para 12,2% do PIB (10,3% do PIB no 2º trimestre de 2008 e 10% no 3º trimestre de 2007). Relativamente ao 2º trimestre, esta evolução é, em parte, explicada por um agravamento em 35% do défice da balança de rendimentos e em 10% do défice da balança de bens e serviços.

**Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo**  
(em milhões de euros\*)

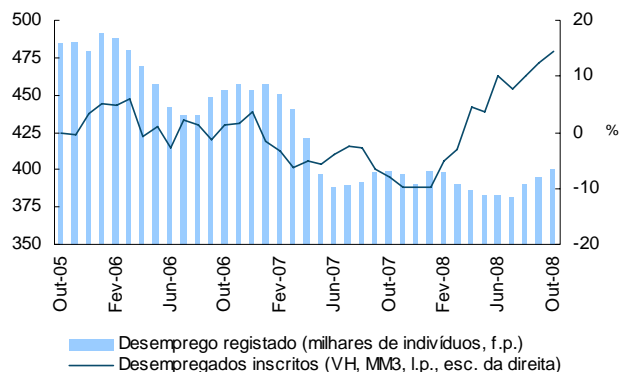


Fonte: Banco de Portugal, \* valores acumulados até o 3º Trimestre

## Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do IEFP, ao longo de Outubro o número de novos desempregados inscritos aumentou 18,8% em termos homólogos, crescendo a um ritmo ligeiramente superior ao do mês anterior (16,4%).

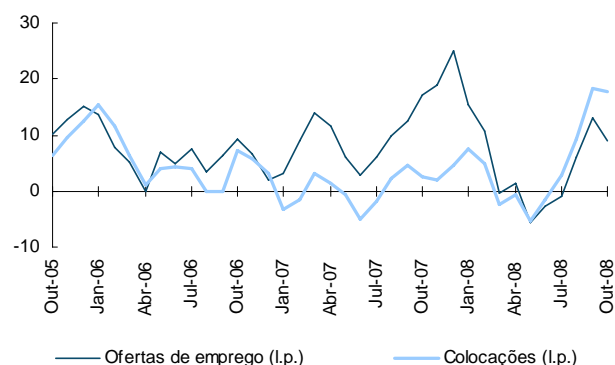
**Figura 2.13. Desemprego**



Fonte: IEFP.

No final de Outubro, o desemprego registado ascendia a cerca de 400 mil indivíduos, o que representa um acréscimo de cerca de 5 mil indivíduos (+1,4%) face ao final do 2º trimestre de 2008, e uma diminuição de cerca de 2 mil desempregados (-0,5%) face a igual mês do ano de 2007.

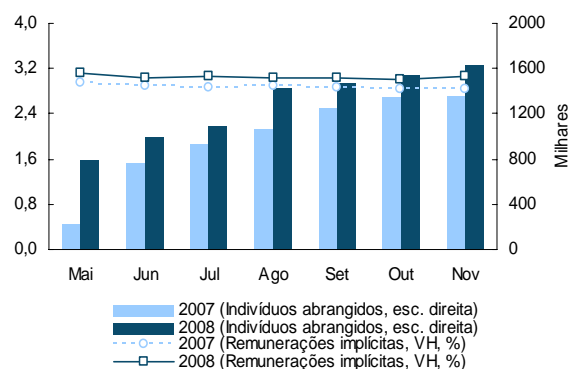
**Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações**  
(MM3, VH)



Fonte: IEFP.

A evolução desfavorável ao nível do desemprego encontrou também reflexo ao nível das ofertas de emprego e das colocações, que apresentaram crescimentos inferiores aos que haviam registado em Setembro. Com efeito, em Outubro o crescimento homólogo das ofertas de trabalho desacelerou acentuadamente para 6,1% (16,8% em Setembro), e as colocações apresentaram uma variação homóloga de 23,2%, 1p.p. abaixo do valor observado no mês precedente.

**Figura 2.15. Contratação colectiva**



Fonte: MTSS.

Até ao final de Novembro de 2008, as remunerações implícitas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho registaram um crescimento de 3,1% (2,8% em igual mês de 2007). O número de trabalhadores abrangidos ascendeu a cerca de 1,6 milhões, o que representa um acréscimo de cerca de 265 mil trabalhadores face a igual período de 2007.

## Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

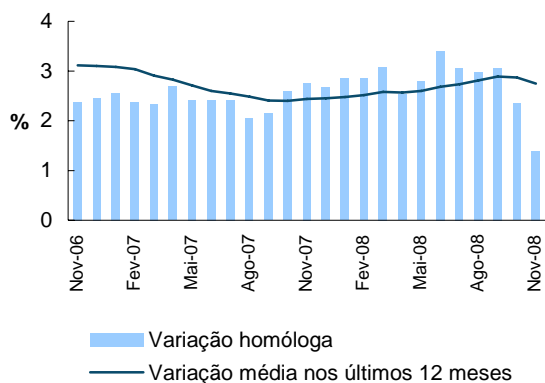
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2007			2008			2008			
				3T	4T	1T	2T	3T	Ago	Set	Out	Nov	
Taxa de Desemprego	%	INE	8,0	7,9	7,8	7,6	7,3	7,7	-	-	-	-	
Emprego Total	VH	"	0,2	0,3	0,9	1,1	1,4	-0,1	-	-	-	-	
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	-13,8	-11,3	-13,8	-11,4	-1,6	-0,7	-0,5	-0,7	0,5	:	
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	-6,8	-6,6	-9,9	-2,9	10,1	12,4	6,2	16,4	18,8	:	
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	-12,7	12,5	25,1	-0,4	-2,8	13,0	3,2	16,8	6,1	:	
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,9	2,9	2,9	3,1	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,1	
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	4,0	3,6	4,9	3,3	3,0	5,5	-	-	-	-	
Índice do Custo do Trabalho* – AE15	VH	Eurostat	2,7	2,6	2,9	3,1	3,2	3,6	-	-	-	-	

\*Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; fp. - no fim do período; lp. - ao longo do período.

## Preços

Em Novembro, a taxa de variação homóloga do Índice de Preços no Consumidor (IPC) caiu para 1,4%, 0,9 p.p. abaixo do verificado no mês anterior. A variação em relação ao mês anterior foi de -0,6% (0,3% em Novembro de 2007). A variação média dos últimos 12 meses desacelerou marginalmente para 2,7% em Novembro. Desde Novembro de 2004, a taxa de variação anual média do IPC é de 2,3%.

**Figura 2.16. Taxa de variação do IPC**  
(VH, em %)



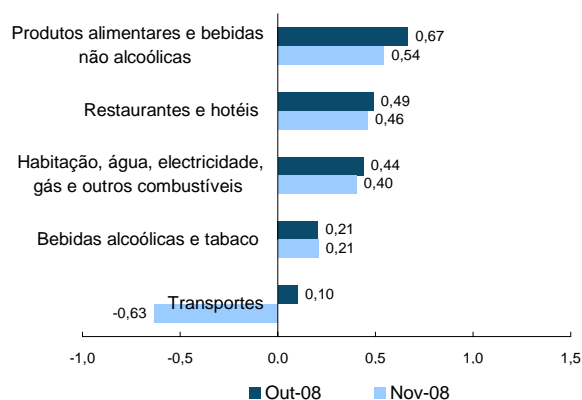
Fonte: INE.

Para a redução da taxa homóloga de variação dos preços contribuiu a queda de 3,1% dos preços de Transporte. Esta evolução é explicada fundamentalmente pela variação dos preços com aquisição de veículos (-2,6%) e dos preços de combustíveis (-8,9%).

A inflação subjacente (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) baixou ligeiramente para 2,2%, ampliando o diferencial face ao IPC total de -0,2p.p. em Outubro para -0,8p.p. em Novembro. Quase todas as classes contribuíram para a diminuição da taxa homóloga em relação a Outubro, tendo somente 3 classes (Bebidas alcoólicas e tabaco, Educação e Acessórios) contributos positivos marginais, inferiores a 0,01p.p.

A taxa homóloga de variação de preços dos bens baixou para 0,5%, 1,4 p.p. inferiores ao valor registado em Outubro, contribuindo decisivamente para a redução da taxa de variação do IPC, enquanto que, nos serviços, a taxa de variação homóloga baixou ligeiramente para 2,9% (3,1% em Outubro).

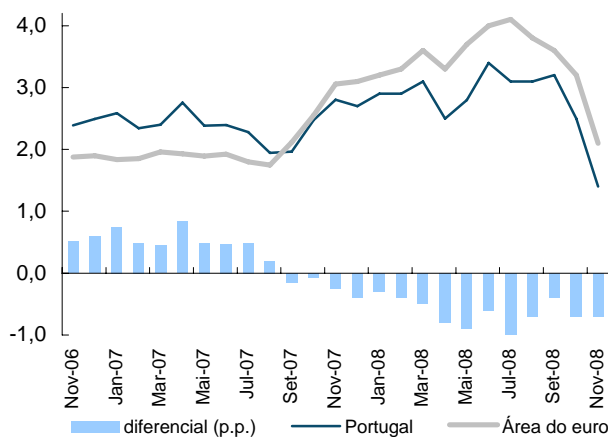
**Figura 2.17. Principais contributos para a variação homóloga do IPC**  
(Pontos percentuais)



Fonte: INE.

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situou-se em 1,4% no mês de Novembro, a mais baixa na área do euro a par com a Alemanha, e 0,7 p.p. abaixo da inflação média da região (2,1%).

**Figura 2.18. Taxa de variação do IHPC**  
(VH, em %)



Fontes: INE e Eurostat.

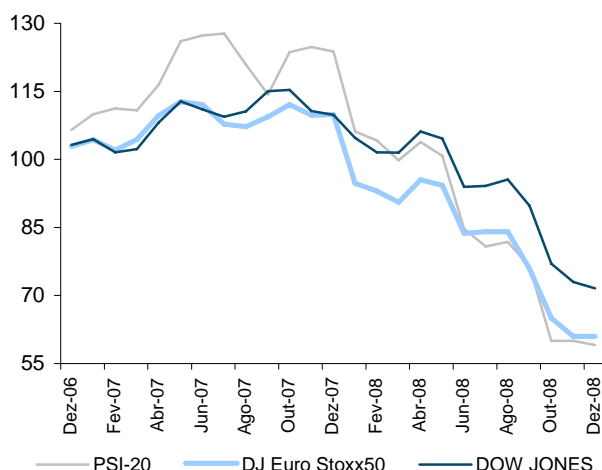
## Quadro 2.6. Indicadores de Preços

Indicador	Unidade	Fonte	2007											
			Nov	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov		
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	0,3	1,5	0,3	0,4	0,5	-0,6	-0,5	0,5	-0,2	-0,6		
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	2,8	3,1	2,5	2,8	3,4	3,1	3,0	3,1	2,3	1,4		
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	2,4	2,6	2,6	2,6	2,7	2,7	2,8	2,9	2,9	2,7		
IPC - Bens	VH	"	2,7	2,9	2,3	2,8	3,7	3,2	3,1	3,2	1,9	0,5		
IPC - Serviços	"	"	3,0	3,6	2,8	2,7	2,8	2,7	2,9	2,9	3,1	2,9		
IPC excl. aliment. não transf. e energéticos	"	"	2,3	2,8	2,2	2,2	2,3	2,1	2,5	2,7	2,5	2,2		
IHPC	"	Eurostat	2,8	3,1	2,5	2,8	3,4	3,1	3,1	3,2	2,5	1,4		
Diferencial IHPC vs. área do euro (VH)	(p.p.)	Eurostat	-0,3	-0,4	-0,7	-0,8	-0,6	-0,9	-0,7	-0,5	-0,7	-0,7		

### Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Em Dezembro, continuou a assistir-se a uma diminuição dos índices bolsistas internacionais reflectindo as preocupações dos mercados quanto à robustez do sector bancário e à estabilidade do sistema financeiro. Até meados do mês, registaram-se descidas acentuadas, tendo no dia 19, o índice PSI-20 diminuído 23% e os índices *DJ Euro Stoxx50* e *Dow Jones* 20% face ao final do 3º trimestre.

**Figura 2.199. Índices Bolsistas**  
(Outubro 2006=100, fim do período)



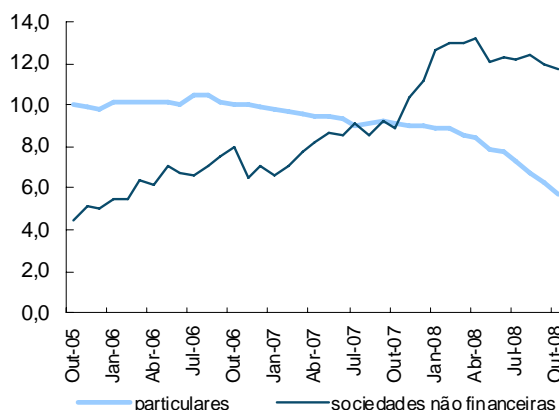
Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para Dezembro, o valor é do dia 19.

Em Novembro, a capitalização bolsista total em Portugal registou uma diminuição de 6,3% face ao mês precedente, com destaque para a continuação de uma quebra no segmento accionista, embora menos acentuada do que no mês de Outubro.

Em Outubro, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro diminuiu, em resultado do abrandamento do crédito destinado aos particulares para 5,7% (6,3% em Setembro) e às empresas para 11,8% (12,0% em Setembro).

Relativamente ao crédito aos particulares, destaca-se a continuação da desaceleração do crédito à habitação e o abrandamento significativo do crédito ao consumo e outros fins.

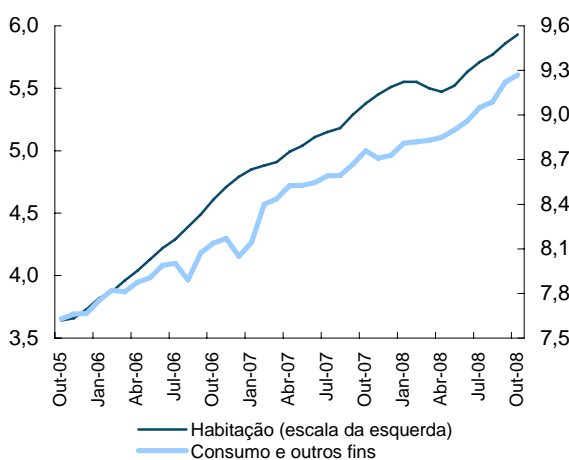
**Figura 2.200. Empréstimos ao Sector Privado**  
(va, em %)



Fonte: Banco de Portugal.

As taxas de juro das operações do crédito aumentaram para as empresas não financeiras e para os particulares, prosseguindo a tendência dos últimos meses. Sendo de referir que a subida registada para as empresas foi mais acentuada.

**Figura 2.21. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares** (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

### Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

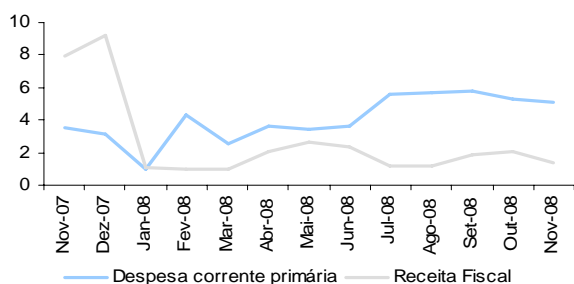
Indicador	Unidade	Fonte	2007	2008									
				Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,5	4,4	4,6	4,8	5,1	4,8	4,7	4,7	4,7	4,7	4,0
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	20	51	43	34	45	45	49	71	91	77	
PSI 20*	VC	CMVM	16,3	-4,2	4,0	-2,9	-16,0	-4,6	1,2	-6,6	-20,8	-0,9	
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	8,5	7,8	7,7	7,3	7,1	6,7	6,2	5,8	5,2	:	
- para consumo	va**	"	13,7	12,7	12,2	12,9	11,9	11,5	11,9	11,8	:		
Empréstimos a empresas	va**	"	11,2	13,0	13,3	12,1	12,3	12,2	12,4	12,0	11,8	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	5,51	5,50	5,47	5,52	5,63	5,71	5,77	5,86	5,93	:	
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	6,15	6,11	6,13	6,18	6,29	6,41	6,42	6,47	6,59	:	

\* Fim de período; \*\* Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

## Finanças Públicas – Estado

Até Novembro, o défice global provisório do subsector Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 6171,6 milhões de euros, revelando um agravamento de 659,5 milhões de euros quando comparado com o mesmo período do ano anterior. O défice primário foi de 1247,5 milhões de euros representando, do mesmo modo, um aumento de 410,5 milhões de euros relativamente ao período homólogo.

**Figura 2.21. Execução Orçamental do Estado**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao período homólogo de 2007, caracterizou-se por:

- aumento da receita fiscal em 1,4%. A receita dos impostos directos registou um aumento de 6,8% e a receita dos impostos indirectos uma diminuição de 2,1%. A evolução destes impostos é, fundamentalmente, explicada pela menor receita de imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (-19,9%) e dos impostos sobre os veículos e sobre álcool e bebidas alcoólicas (respectivamente, -23% e -4,5%), enquanto que o IVA registou um aumento de 5,5%;
- um aumento da receita de capital (89,2%), reflectindo a verba paga pela EDP que se destina integralmente à amortização do défice tarifário, mas cujo pagamento à REN ainda não foi efectuado; e
- aumento da despesa total em 4,3%. No entanto, a despesa, corrigida do efeito da operação de amortização do défice tarifário, registou um acréscimo foi de 3,2% e, no caso da despesa corrente primária, de 3,7%. A despesa de capital registou uma redução de 7,1%.

**Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado**

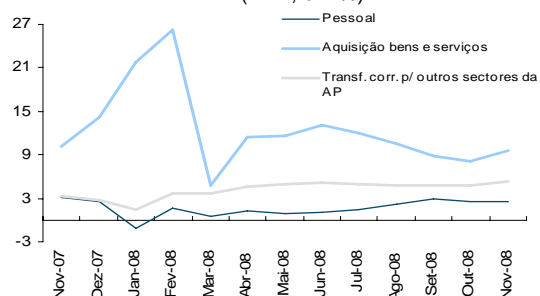
	2007		2008		2008							
	Jan a Out		Jan a Out		Ago	Set	Out	Nov				
	10 <sup>6</sup> euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)							
Receita Total	34856	35946	92,2	90,5	4,2	(2,5)**	4,5	(2,4)**	4,6	(2,8)**	3,1	(1,8)**
Receita Corrente	34362	35012	92,1	89,1	1,9		2,4		2,6		1,9	
Impostos Directos	12415	13258	92,5	89,7	5,0		5,3		7,0		6,8	
Impostos Indirectos	19168	18764	90,7	86,6	-1,3		-0,5		-1,2		-2,1	
Despesa Total	40368	42117	89,4	90,2	3,3	(1,7)**	4,3	(1,6)**	4,3	(2,9)**	4,3	(3,2)**
Despesa Corrente	37827	39757	90,4	91,6	4,8	(3,3)**	5,4	(3,0)**	5,4	(3,8)**	5,1	(3,9)**
Despesa com Pessoal	12599	12916	91,7	95,5	2,2		2,9		2,6		2,5	
Aquisição Bens e Serviços	939	1029	61,1	65,5	10,6		8,8		8,1		9,5	
Subsídios	521	958	77,9	84,6	177,5	(-14,3)**	163,2	(-21,5)**	93,1	(-11,5)**	83,8	(-5,7)**
Juros	4675	4924	98,3	97,7	-1,4		2,7		5,8		5,3	
Transferências	18853	19612	90,4	90,9	4,4		4,4		4,1		4,0	
Saldo Global	-5512	-6172	-	-	-		-		-		-	
Despesa Corrente Primária	33152	34833	89,4	90,8	5,7	(3,3)**	5,8	(3,7)**	5,3	(4,0)**	5,1	(3,7)**
Saldo Primário	-837	-1247	-	-	-		-		-		-	

\* Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. \*\* Excluindo a operação de amortização do défice tarifário energético.

Fonte: DGO.

Para o aumento da despesa corrente primária contribuíram, no essencial, as transferências correntes (4%) e, em menor grau, a aquisição de bens e serviços (9,5%). A despesa com pessoal registou um aumento (2,5%), mas a componente referente às remunerações dos funcionários públicos decresceu 0,2%. Por outro lado, os juros e outros encargos da dívida registaram um aumento de 5,3%.

**Figura 2.22. Despesa do Estado – principais componentes**  
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

Em 30 de Novembro, a dívida directa do Estado situou-se nos 118 mil milhões de euros, registando um acréscimo de 1604 milhões de euros face ao final do mês anterior. Esta variação da dívida em Novembro reflecte, por um lado, a emissão líquida de Obrigações do Tesouro e de outros instrumentos não transaccionáveis e, em sentido contrário, a diminuição do stock de Bilhetes do Tesouro e CEDIC.

**Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado**  
(milhões de euros)

	31-Out-08	Nov-08			30-Nov-08
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	
Transaccionável	93 358	5 012	2 707	- 123	95 541
Bilhetes do Tesouro	12 392	1 787	2 585	0	11 594
Obrigações do Tesouro	80 510	1 720	122	- 103	82 005
Não Transaccionável	22 865	3 356	3 935	0	22 286
Certificados de Aforro	17 193	107	104	0	17 196
CEDIC	5 478	3 030	3 514	0	4 995
Total	116 223	8 368	6 642	- 123	117 827

Fonte: IGCP.

## Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

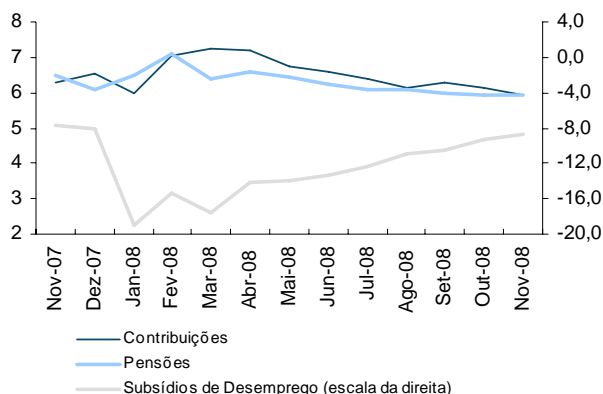
### Segurança Social

Até Novembro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 1922,3 milhões de euros, revelando uma melhoria de 473,9 milhões de euros face ao mesmo período de 2007.

A execução orçamental da Segurança Social caracterizou-se por:

- um aumento da receita corrente em 6,9% face ao mesmo período de 2007, influenciada pelas evoluções positivas das contribuições (6%), das transferências correntes da Administração Central (8,2%), e do Fundo Social Europeu (15,5%); e
- um aumento da despesa corrente em 4,6% em termos homólogos. Para este resultado contribuiu, por um lado, a subida da despesa em pensões (6%), do subsídio familiar a crianças e a jovens (24,3%), e do rendimento social de inserção (14,7%). Em contrapartida, registaram-se decréscimos nos subsídios de desemprego (-8,8%) e por doença (-5,2%), acompanhado por uma diminuição do número de beneficiários, quer do subsídio de desemprego quer do subsídio de doença. Regista-se novamente uma diminuição das despesas em acções de formação profissional (-12,7%), sobretudo as suportadas pelo Fundo Social Europeu (-7,4%).

**Figura 2.23. Execução Orçamental da Seg. Social**  
(VHA, em %)

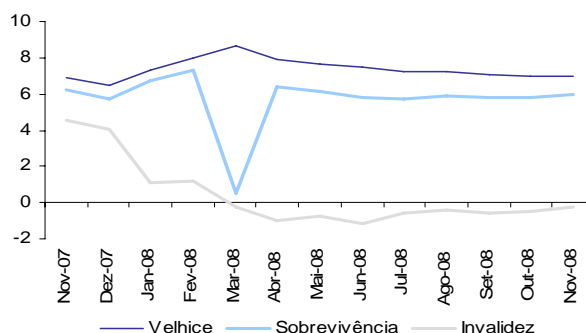


Fonte: MTSS.

**Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações**

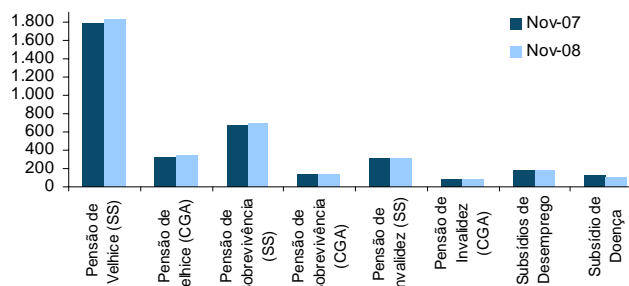
	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações				
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	
	Jan a Nov		Jan a Nov		Jan a Nov		Jan a Nov		
	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 <sup>6</sup> euros	10 <sup>6</sup> euros	VHA	Execução face ao OE (%)	
Receita Total	18259	19497	6,8	90,4	6587	6764	2,7	90,8	91,4
Contribuições e quotizações	11050	11708	6,0	89,5	2473	2410	-2,6	86,2	81,2
Transferências correntes da Adm. Central	5436	5883	8,2	90,3	3831	4078	6,4	95,5	99,9
Despesa Total	16811	17575	4,5	84,0	6734	7088	5,3	92,0	91,9
Pensões	10389	11007	6,0	84,0	6699	7055	5,3	92,3	92,0
Subsídio de Desemp. e Apoio ao Emprego	1554	1418	-8,8	79,0	-	-	-	-	-
Prestações e Acção Social	3238	3534	9,2	88,2	-	-	-	-	-
Saldo Global	1448	1922	-	-	-147	-324	-	-	-

**Figura 2.24. Despesa em Pensões da Seg. Social**  
(VHA, em %)



Fonte: MTSS.

**Figura 2.25. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos**  
(milhares, em final do mês)



Fonte: MTSS e CGA.

Até Novembro, e na óptica da contabilidade pública, o défice da Caixa Geral de Aposentações (CGA) foi de 323,7 milhões de euros, o qual compara com 146,7 milhões de euros no mesmo período do ano anterior. A receita corrente apresentou um aumento de 2,7% em termos homólogos, repercutindo o aumento das transferências correntes recebidas do Estado (16,9%). A despesa corrente aumentou 5,3%, reflectindo a evolução das despesas em pensões.

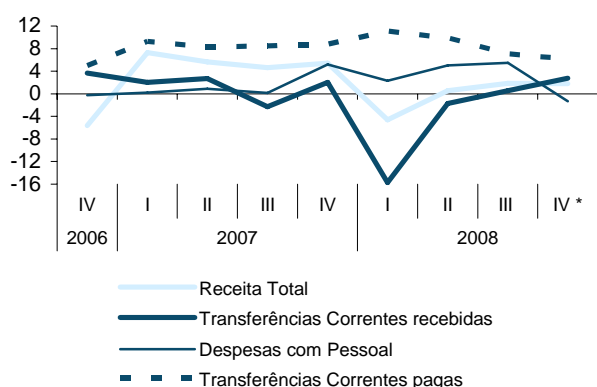
Fontes: DGO e GPEARl.

### Serviços e Fundos Autónomos

#### Serviços e Fundos Autónomos, excluindo SNS e FRDP

Até Novembro, o excedente global dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o SNS e o FRDP), na óptica da contabilidade pública, foi de 428,9 milhões de euros, tendo-se observado um aumento de 74,8 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior.

**Figura 2.26. Serviços e Fundos Autónomos**  
(VHA, em %)



Nota: \* inclui dados até Novembro.  
Fonte: DGO.

A execução orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos caracterizou-se por:

- um aumento de 1,8% na receita, traduzindo a evolução das receitas correntes sob a forma de aumento das contribuições (1,1%), das transferências correntes (2,7%) e dos impostos indirectos e directos (respectivamente, 9,9% e 8,3%). A receita de capital registou um acréscimo de 12,9%; e
- um ligeiro aumento da despesa corrente em 0,7% comparativamente com o período homólogo. Este comportamento é justificado pelo aumento das transferências correntes (6,2%) e pela diminuição das despesas com pessoal (1,3%), da aquisição de bens e serviços (8,8%) e dos subsídios atribuídos (30,4%).

#### Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos*					
	2007	2008	2008			
	Jan a Nov		Ago	Set	Out	Nov
	10 <sup>6</sup> euros		VHA			
Receita Total	13 275	13 514	1,7	1,9	2,1	1,8
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	5 707	5 768	2,6	2,3	1,3	1,1
Transferências correntes da Adm. Central	3 066	3 107	-5,6	-4,7	-2,8	1,3
Despesa Total	12 920	13 085	1,9	2,6	2,0	1,3
Despesa com pessoal	1 857	1 833	5,2	5,5	-0,6	-1,3
Aquisição de bens e serviços	904	825	2,2	1,6	-0,2	-8,8
Subcontratos	-	-	-	-	-	-
Transferências correntes	8 023	8 518	7,7	7,1	6,2	6,2
Saldo Global	354	429	-	-	-	-

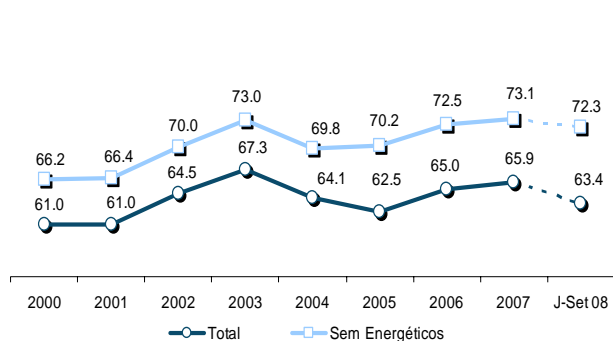
Fonte: DGO.

### 3. Comércio Internacional <sup>[1]</sup>

#### Evolução global <sup>[2]</sup>

De acordo com dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, nos últimos 12 meses a terminar em Setembro de 2008, as entradas<sup>[3]</sup> de mercadorias (comércio Intra + Extra UE) cresceram, em termos homólogos, a um ritmo superior ao das saídas (+11,0% contra +4,9%) (Quadro 3.1).

**Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)**



No mesmo período, o grau de cobertura (Fob/Cif) das entradas pelas saídas de mercadorias decresceu 3,8 pontos percentuais em termos homólogos, ao passar de 66,9% para 63,1%.

Excluindo os produtos energéticos, constata-se que nos últimos 12 meses as saídas cresceram 3,3%, tendo as entradas aumentado 6,0%. A correspondente taxa de cobertura (Fob/Cif) situou-se em 71,7%, inferior em 1,8 p.p. à registada no período homólogo anterior.

No período de Janeiro a Setembro de 2008, a taxa de cobertura (Fob/Cif) foi de 63,4%, e de 72,3% sem energéticos (Figura 3.1).

Segundo dados já disponíveis para o período de Janeiro a Outubro de 2008 para o comércio extracomunitário, as exportações para os países terceiros, nos últimos 12 meses, terão aumentado 14,0%, e as importações 21,1% (Quadro 3.1).

Após uma quebra no mês de Agosto face ao mesmo mês do ano anterior (-1,3%), as saídas de mercadorias aumentaram 3,6% no mês de Setembro (Quadro 3.2).

**Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial**

Intra + Extra UE (milhões de Euros)	Janeiro a Setembro			Últimos 12 meses		
	2007	2008	VH	Out 06- Set 07	Out 07- Set 08	VH
Saídas (fob)	28 093	29 353	4.5	37 051	38 849	4.9
Entradas (cif)	41 794	46 262	10.7	55 415	61 524	11.0
Saldo (fob-cif)	- 13 701	- 16 910	23.4	- 18 364	- 22 675	23.5
Cobertura (fob/cif)	67.2	63.4	-	66.9	63.1	-
(fob/fob)	70.5	66.6	-	70.1	66.2	-
<b>Sem energéticos:</b>						
Saídas (fob)	26 850	27 510	2.5	35 362	36 542	3.3
Entradas (cif)	36 161	38 075	5.3	48 094	50 991	6.0
Saldo (fob-cif)	- 9 312	- 10 564	13.4	- 12 732	- 14 448	13.5
Cobertura (fob/cif)	74.2	72.3	-	73.5	71.7	-
(fob/fob)	77.9	75.8	-	77.1	75.2	-
<b>Extra UE</b> (milhões de Euros)						
Exportações (fob)	7 287	8 415	15.5	8 683	9 897	14.0
Importações (cif)	11 642	14 070	20.9	13 596	16 468	21.1
Saldo (fob-cif)	- 4 355	- 5 655	29.9	- 4 912	- 6 571	33.8
Cobertura (fob/cif)	62.6	59.8	-	63.9	60.1	-
(fob/fob)	65.7	62.7	-	67.0	63.0	-

Nota: Os dados do comércio Extra-UE, na base do quadro, já disponíveis para o período de Janeiro a Outubro, são distintos dos implícitos acima no comércio Intra+Extra, que correspondem à versão preliminar do período de Janeiro a Setembro.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

**Quadro 3.2. Evolução Mensal e Trimestral**

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2007	2008	Tx Var	2007	2008	Tx Var
Janeiro	4 412	4 953	12.3	3 093	3 315	7.2
Fevereiro	4 224	5 248	24.2	2 961	3 370	13.8
Março	4 904	5 054	3.1	3 449	3 279	-4.9
Abril	4 553	5 412	18.9	2 950	3 357	13.8
Maio	5 024	5 277	5.0	3 291	3 321	0.9
Junho	4 810	5 120	6.4	3 351	3 286	-1.9
Julho	4 873	5 682	16.6	3 426	3 771	10.1
Agosto	4 215	4 418	4.8	2 440	2 409	-1.3
Setembro	4 779	5 100	6.7	3 131	3 243	3.6
Outubro	5 311	-	-	3 417	-	-
Novembro	5 316	-	-	3 366	-	-
Dezembro	4 634	-	-	2 713	-	-
1º Trimestre	13 540	15 255	12.7	9 503	9 965	4.9
2º Trimestre	14 387	15 808	9.9	9 593	9 965	3.9
3º Trimestre	13 867	15 200	9.6	8 997	9 423	4.7
4º Trimestre	15 261	-	-	9 496	-	-

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

[1] Informação mais desagregada encontra-se disponível no "site" do GEE em "Síntese Estatística do Comércio Internacional": [www.gee.min-economia.pt](http://www.gee.min-economia.pt)

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra + Extra-UE) divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística para o período de Janeiro a Setembro de 2008 e os do comércio extra-comunitário relativos ao período de Janeiro a Outubro de 2008, correspondem a primeiras versões. Os dados relativos a 2007, são os implícitos numa terceira versão do ano. No que respeita ao comércio intracomunitário, em ambos os anos estão incluídas estimativas do INE do valor abaixo dos limiares de assimilação (limiar anual abaixo do qual os operadores intracomunitários estão dispensados de declaração *Intrastat*, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 100 mil euros para as chegadas e 230 mil para as expedições, em 2008), bem como estimativas das não-respostas (valor das transacções das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação).

[3] A designação "entradas" corresponde à acumulação das "chegadas" com origem nos países comunitários, com as "importações" provenientes dos países terceiros. Paralelamente, "saídas" traduz o somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "exportações" para os países terceiros.

### Saídas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Setembro de 2008, as saídas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento em valor de 4,9% (Quadro 3.3).

No mesmo período, assinalam-se crescimentos a dois dígitos nas saídas dos grupos de produtos "Energéticos" (+36,6%), e "Agro-alimentares" (+17,5%).

Seguiram-se os grupos "Químicos" (+9,0%), "Produtos Acabados Diversos" (+8,0%), "Minérios e Metais" (+6,5%), e "Madeira, Cortiça e Papel" (+2,5%).

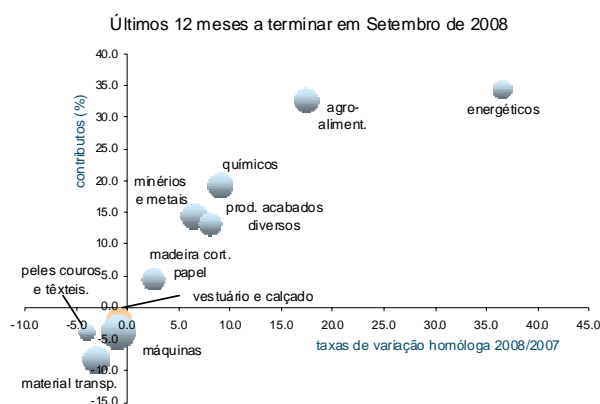
Verificaram-se descidas nos grupos "Pele, Couros e Têxteis" (-4,0%), "Máquinas" (-0,9%), "Vestuário e Calçado" (-0,9%) e "Material de Transporte" (-3,0%).

As saídas do grupo "Vestuário e Calçado" reflectiram um aumento no "calçado" (+2,3%), e quebras no "vestuário de malha" (-3,0%) e no "vestuário excepto de malha" (-2,0%).

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para a taxa de crescimento das saídas de mercadorias no período em análise couberam aos grupos "Energéticos" (34,4%), "Agro-alimentares" (32,6%), "Químicos" (19,2%), "Minérios e Metais" (14,4%), e "Produtos Acabados Diversos" (13,1%). Menos relevante foi o contributo positivo do grupo "Madeira, Cortiça e Papel" (4,4%) (Figura 3.2 e Quadro 3.3).

Os grupos "Material de transporte", "Pele, Couros e Têxteis", "Máquinas" e "Vestuário e Calçado" contribuíram negativamente para a taxa de crescimento das saídas nos últimos 12 meses.

**Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (%)**



Nota: A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - terceira versão; 2008 - versão preliminar.

**Quadro 3.3. Saídas\* de Mercadorias por Grupos de Produtos**

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos						
			Jan-Set		Anual		média anual 02-07**	últimos 12 meses			Jan-Set		
	2007	2008	2002	2007**	2007	2008		VH	contributos [1]		VH	contributos [1]	
							p.p.		%	p.p.		%	
<b>TOTAL DAS SAÍDAS</b>	<b>28 093</b>	<b>29 353</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>6.1</b>	<b>4.9</b>	<b>4.9</b>	<b>100.0</b>	<b>4.5</b>	<b>4.5</b>	<b>100.0</b>
000 Agro-Alimentares	2 520	2 917	7.8	9.4	9.0	9.9	9.8	17.5	1.6	32.6	15.7	1.4	31.5
100 Energéticos	1 243	1 842	2.0	4.5	4.4	6.3	25.4	36.6	1.7	34.4	48.2	2.1	47.5
200 Químicos	2 978	3 133	8.1	10.9	10.6	10.7	12.7	9.0	0.9	19.2	5.2	0.6	12.3
300 Madeira, Cortiça e Papel	2 438	2 454	9.6	8.8	8.7	8.4	4.2	2.5	0.2	4.4	0.7	0.1	1.3
400 Pele, Couros e Têxteis	1 336	1 266	7.7	4.8	4.8	4.3	-3.6	-4.0	-0.2	-4.0	-5.2	-0.2	-5.5
500 Vestuário e Calçado	3 018	2 905	16.5	10.4	10.7	9.9	-3.3	-0.9	-0.1	-2.0	-3.7	-0.4	-8.9
600 Minérios e Metais	3 066	3 260	6.4	10.8	10.9	11.1	17.9	6.5	0.7	14.4	6.3	0.7	15.3
700 Máquinas	5 580	5 558	19.7	19.9	19.9	18.9	6.3	-0.9	-0.2	-3.8	-0.4	-0.1	-1.7
800 Material de Transporte	3 658	3 632	15.0	12.9	13.0	12.4	2.9	-3.0	-0.4	-8.3	-0.7	-0.1	-2.1
900 Produtos Acabados Diversos	2 255	2 384	7.3	7.7	8.0	8.1	7.2	8.0	0.6	13.1	5.7	0.5	10.3
Por memória:													
Total sem energéticos	26 850	27 510	98.0	95.5	95.6	93.7	5.5	3.3	3.2	65.6	2.5	2.4	52.5

\* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros

\*\* O ano de 2007 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share:  $VH \times \text{peso no período homólogo anterior} \div 100$

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (estimados para Intra-UE): 2007 - terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

Nos últimos 12 meses a terminar em Setembro, as expedições para o mercado comunitário cresceram 1,9%, cabendo aos países da UE-15 e aos 12 países do alargamento aumentos respectivamente de 1,3% e de 21,2%. Por sua vez, as exportações para os países terceiros aumentaram 14,8% (Quadro 3.4).

Neste período, salienta-se, entre os países comunitários, o incremento das expedições portuguesas para a Polónia (+21,8%) e para a Dinamarca (+8,4%). Aumentaram também as expedições para Espanha (+4,6%), Suécia (+2,8%) e Itália (+0,7%)

Verificaram-se decréscimos nas expedições para o Reino Unido (-7,4%), Países Baixos (-1,4%), Bélgica (-0,5%), França (-0,4%) e Alemanha (-0,1%).

Entre os países terceiros, as exportações para Angola, o principal parceiro extracomunitário, registaram uma taxa de crescimento de 31,7% nos últimos 12 meses, ao mesmo tempo que os fornecimentos aos EUA caíram 19,1%.

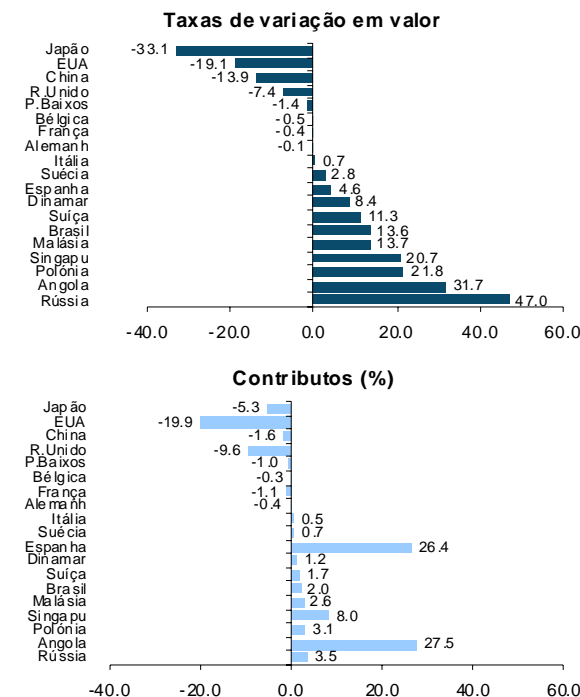
No mesmo período, ressalta ainda o forte incremento das exportações para a Rússia (+47,0%), para Singapura (+20,7%), Malásia (+13,7%), Brasil (+13,6%), e Suíça (+11,3%) (Figura 3.3).

Nestes últimos 12 meses, de referir ainda quedas nas exportações para o Japão (-33,1%) e para a China (-132,9%), que nos últimos cinco anos haviam aumentado à taxa média anual respectivamente de 25,9% e 17,6%.

Ponderando os pesos no total, os maiores contributos para o crescimento das saídas de mercadorias nos últimos 12 meses, em termos de mercados de destino, couberam a Angola (27,5%) e a Espanha (26,4%) (Figura 3.3). Os países do alargamento, no seu conjunto, contribuíram com 10,0%.

**Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Selecção de Mercados e Contributos**

Últimos 12 meses a terminar em Setembro de 2008



**Quadro 3.4. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Selecção de Mercados**

Destino	Intra + Extra-UE (Fob)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]						
	Jan-Set		anual		Jan-Set		média anual 02-07*	últimos 12 meses			Jan-Set		
	2007	2008	2002	2007*	2007	2008		VH [1]	contributos		VH	contributos	
							p.p.		%	p.p.		%	
<b>TOTAL</b>	<b>28 093</b>	<b>29 353</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>6.1</b>	<b>4.9</b>	<b>4.9</b>	<b>100.0</b>	<b>4.5</b>	<b>4.5</b>	<b>100.0</b>
<b>Intra UE-27</b>	<b>21 639</b>	<b>21 847</b>	<b>81.4</b>	<b>76.1</b>	<b>77.0</b>	<b>74.4</b>	<b>4.7</b>	<b>1.9</b>	<b>1.4</b>	<b>29.6</b>	<b>1.0</b>	<b>0.7</b>	<b>16.5</b>
dos quais:													
<b>UE-15</b>	<b>20 997</b>	<b>21 065</b>	<b>79.8</b>	<b>73.8</b>	<b>74.7</b>	<b>71.8</b>	<b>4.4</b>	<b>1.3</b>	<b>0.9</b>	<b>19.5</b>	<b>0.3</b>	<b>0.2</b>	<b>5.4</b>
Espanha	7 938	8 110	20.9	27.7	28.3	27.6	12.1	4.6	1.3	26.4	2.2	0.6	13.7
Alemanha	3 709	3 764	17.7	13.2	13.2	12.8	0.0	-0.1	0.0	-0.4	1.5	0.2	4.4
França	3 590	3 479	13.5	12.6	12.8	11.9	4.5	-0.4	-0.1	-1.1	-3.1	-0.4	-8.9
R. Unido	1 709	1 619	10.4	6.0	6.1	5.5	-4.9	-7.4	-0.5	-9.6	-5.3	-0.3	-7.2
Itália	1 156	1 109	4.6	4.1	4.1	3.8	3.9	0.7	0.0	0.5	-4.1	-0.2	-3.8
P. Baixos	956	948	3.8	3.4	3.4	3.2	3.4	-1.4	0.0	-1.0	-0.8	0.0	-0.6
Bélgica	729	740	4.3	2.6	2.6	2.5	-4.3	-0.5	0.0	-0.3	1.4	0.0	0.8
Suécia	347	359	1.5	1.2	1.2	1.2	2.0	2.8	0.0	0.7	3.5	0.0	1.0
Dinamarca	207	212	1.0	0.7	0.7	0.7	-0.2	8.4	0.1	1.2	2.2	0.0	0.4
<b>Alargamento</b>	<b>641</b>	<b>782</b>	<b>1.5</b>	<b>2.4</b>	<b>2.3</b>	<b>2.7</b>	<b>15.6</b>	<b>21.2</b>	<b>0.5</b>	<b>10.0</b>	<b>21.9</b>	<b>0.5</b>	<b>11.2</b>
Polónia	191	231	0.5	0.7	0.7	0.8	13.3	21.8	0.1	3.1	21.1	0.1	3.2
<b>Extra UE-27</b>	<b>6 454</b>	<b>7 506</b>	<b>18.6</b>	<b>23.9</b>	<b>23.0</b>	<b>25.6</b>	<b>11.4</b>	<b>14.8</b>	<b>3.4</b>	<b>70.4</b>	<b>16.3</b>	<b>3.7</b>	<b>83.5</b>
dos quais:													
EUA	1 344	1 076	5.7	4.9	4.8	3.7	2.6	-19.1	-1.0	-19.9	-20.0	-1.0	-21.3
Angola	1 194	1 564	2.1	4.6	4.3	5.3	24.2	31.7	1.3	27.5	31.0	1.3	29.4
Singapura	509	643	0.4	1.9	1.8	2.2	42.2	20.7	0.4	8.0	26.4	0.5	10.6
Malásia	302	293	0.2	1.1	1.1	1.0	49.7	13.7	0.1	2.6	-2.9	0.0	-0.7
Japão	244	139	0.3	0.8	0.9	0.5	25.9	-33.1	-0.3	-5.3	-43.1	-0.4	-8.3
Suíça	199	227	1.1	0.7	0.8	0.8	-2.0	11.3	0.1	1.7	14.1	0.1	2.2
Brasil	180	226	0.6	0.7	0.6	0.8	9.5	13.6	0.1	2.0	25.5	0.2	3.6
Por memória:													
China	141	141	0.3	0.5	0.5	0.5	17.6	-13.9	-0.1	-1.6	0.0	0.0	0.0
Rússia	102	155	0.1	0.4	0.4	0.5	35.0	47.0	0.2	3.5	52.1	0.2	4.2
PALOP	1 473	1 877	3.0	5.6	5.2	6.4	20.3	28.4	1.5	30.4	27.4	1.4	32.1
EFTA	283	322	1.9	1.0	1.0	1.1	-6.2	10.8	0.1	2.2	13.8	0.1	3.1

\* O ano de 2007 na estrutura anual e na média anual 2002-2007 não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] (Out 07-Set 08) / (Out 06-Set 07) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Nota: Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2007.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2007 - versão implícita na terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

## Entradas de Mercadorias

Nos últimos 12 meses a terminar em Setembro de 2008, as entradas de mercadorias registaram, face ao período homólogo anterior, uma taxa de crescimento de 11,0% (Quadro 3.5).

Ponderando os pesos no total das entradas, os maiores contributos para a sua taxa de crescimento incidiram nos grupos de produtos "Energéticos" (52,6%), "Material de Transporte" (15,2%), "Agro-alimentares" (12,0%), "Máquinas" (7,7%), e "Químicos" (7,5%).

Seguiram-se os grupos dos "Minérios e Metais" (2,1%), "Produtos Acabados Diversos" (2,1%), e das "Peles, Madeira, Cortiça e Papel" (0,7%).

O grupo dos "Têxteis, Vestuário e Calçado" apresentou um contributo negativo (-0,1%).

No período de Janeiro a Setembro de 2008, a UE-27 foi a origem de 72,3% das entradas de mercadorias, cabendo 70,5% aos países da UE-15 e 1,8% aos doze países do alargamento.

Destacaram-se, pelo seu peso, as entradas provenientes de Espanha (30,2%), da Alemanha (12,1%) e de França (8,5%). As importações com origem nos países da OPEP, onde já se inclui Angola, representaram 9,6% do total.

**Quadro 3.5. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Selecção de Mercados**

Grupos de Produtos	10 <sup>6</sup> Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]						
	Jan-Set		Anual		Jan-Set		média anual 02-07**	últimos 12 meses			Jan-Set		
	2007	2008	2002	2007**	2007	2008		VH [1]	contributos		VH	contributos	
							p.p.		%			p.p.	%
<b>TOTAL DAS ENTRADAS</b>	<b>41 794</b>	<b>46 262</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>5.5</b>	<b>11.0</b>	<b>11.0</b>	<b>100.0</b>	<b>10.7</b>	<b>10.7</b>	<b>100.0</b>
<b>Grupos de Produtos</b>													
000-Agro-Alimentares	5 359	5 908	12.8	12.8	12.8	12.8	5.5	10.4	1.3	12.0	10.2	1.3	12.3
100-Energéticos	5 633	8 188	9.6	14.3	13.5	17.7	14.2	43.9	5.8	52.6	45.4	6.1	57.2
200-Químicos	5 806	6 122	13.8	13.7	13.9	13.2	5.3	6.0	0.8	7.5	5.4	0.8	7.1
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	1 997	1 997	5.7	4.7	4.8	4.3	1.7	1.7	0.1	0.7	0.0	0.0	0.0
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	2 915	2 816	8.6	6.6	7.0	6.1	0.2	-0.1	0.0	-0.1	-3.4	-0.2	-2.2
500-Minérios e Metais	4 541	4 674	8.9	10.5	10.9	10.1	9.1	2.2	0.2	2.1	2.9	0.3	3.0
600-Máquinas [3]	8 128	8 461	21.0	19.7	19.4	18.3	4.2	4.3	0.9	7.7	4.1	0.8	7.4
700-Material de Transporte [4]	4 950	5 586	13.6	12.1	11.8	12.1	3.0	14.3	1.7	15.2	12.8	1.5	14.2
800-Prod. Acabados Diversos	2 464	2 511	6.1	5.5	5.9	5.4	3.6	3.9	0.2	2.1	1.9	0.1	1.0
T total sem energéticos	36 161	38 075	90.4	85.7	86.5	82.3	4.4	6.0	5.2	47.4	5.3	4.6	42.8
<b>Mercados de origem</b>													
<b>Intra UE-27</b>	<b>31 469</b>	<b>33 438</b>	<b>79.9</b>	<b>74.7</b>	<b>75.3</b>	<b>72.3</b>	<b>4.1</b>	<b>7.1</b>	<b>5.3</b>	<b>48.5</b>	<b>6.3</b>	<b>4.7</b>	<b>44.1</b>
dos quais:													
<b>UE-15</b>	<b>30 789</b>	<b>32 617</b>	<b>77.9</b>	<b>73.0</b>	<b>73.7</b>	<b>70.5</b>	<b>4.1</b>	<b>6.8</b>	<b>5.0</b>	<b>45.6</b>	<b>5.9</b>	<b>4.4</b>	<b>40.9</b>
Espanha	12 845	13 948	28.9	30.3	30.7	30.2	6.5	9.7	3.0	27.3	8.6	2.6	24.7
Alemanha	5 530	5 617	15.0	13.2	13.2	12.1	3.0	1.5	0.2	1.9	1.6	0.2	1.9
França	3 552	3 910	10.2	8.6	8.5	8.5	1.9	12.2	1.0	9.4	10.1	0.9	8.0
Itália	2 330	2 434	6.7	5.4	5.6	5.3	0.9	5.4	0.3	2.8	4.5	0.2	2.3
P.Baixos	1 946	2 055	4.6	4.7	4.7	4.4	6.0	8.6	0.4	3.6	5.6	0.3	2.4
R.Unido	1 552	1 457	5.2	3.6	3.7	3.1	-2.2	-8.8	-0.3	-3.0	-6.1	-0.2	-2.1
Bélgica	1 189	1 221	3.1	2.9	2.8	2.6	4.3	5.7	0.2	1.5	2.7	0.1	0.7
Suécia	474	535	1.2	1.1	1.1	1.2	4.7	10.8	0.1	1.1	12.9	0.1	1.4
<b>Alargamento</b>	<b>680</b>	<b>821</b>	<b>2.0</b>	<b>1.7</b>	<b>1.6</b>	<b>1.8</b>	<b>2.6</b>	<b>19.3</b>	<b>0.3</b>	<b>2.9</b>	<b>20.7</b>	<b>0.3</b>	<b>3.2</b>
<b>Extra UE-27</b>	<b>10 325</b>	<b>12 824</b>	<b>20.1</b>	<b>25.3</b>	<b>24.7</b>	<b>27.7</b>	<b>10.4</b>	<b>23.5</b>	<b>5.7</b>	<b>51.5</b>	<b>24.2</b>	<b>6.0</b>	<b>55.9</b>
dos quais:													
Brasil	1 024	1 148	1.5	2.5	2.4	2.5	16.0	16.7	0.4	3.5	12.2	0.3	2.8
China	771	933	0.8	1.9	1.8	2.0	25.3	24.3	0.4	3.9	21.0	0.4	3.6
Nigéria	760	1 323	1.3	1.8	1.8	2.9	12.6	74.1	1.2	10.9	74.1	1.3	12.6
EU A	689	801	2.1	1.7	1.6	1.7	1.5	21.7	0.3	3.1	16.2	0.3	2.5
Líbia	582	935	0.1	1.4	1.4	2.0	67.8	62.9	0.8	7.2	60.5	0.8	7.9
Noruega	473	559	1.1	1.2	1.1	1.2	7.8	29.1	0.3	2.9	18.1	0.2	1.9
Argélia	353	520	0.5	1.0	0.8	1.1	24.0	37.0	0.4	3.3	47.4	0.4	3.7
Japão	430	430	1.7	1.0	1.0	0.9	-4.5	-0.2	0.0	0.0	0.1	0.0	0.0
Rússia	352	347	0.8	1.0	0.8	0.8	9.3	20.9	0.2	1.6	-1.3	0.0	-0.1
OPEP[5]	2 842	4 454	4.0	7.0	6.8	9.6	17.7	48.1	3.2	29.2	56.7	3.9	36.1
EFTA	807	891	2.2	2.0	1.9	1.9	4.1	17.0	0.3	2.9	10.5	0.2	1.9
PALOP	285	358	0.3	0.7	0.7	0.8	27.5	41.8	0.3	2.3	25.8	0.2	1.6

\* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

\*\* O ano de 2007 aqui considerado não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas para ser comparável com 2002.

[1] (Out 07-Set 08) / (Out 06-Set 07) x 100 - 100.

[2] Contributos p/ taxa de crescimento das entradas - análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) = 100.

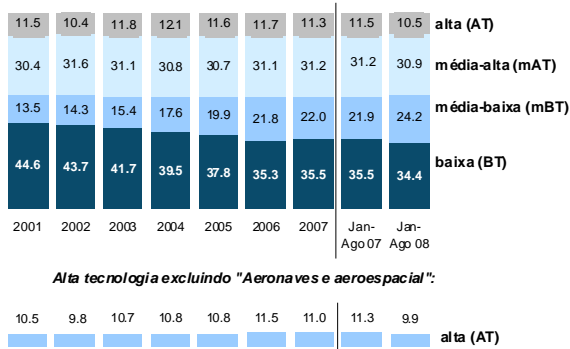
[3] Não inclui tractores agrícolas. [4] Inclui tractores agrícolas. [5] Inclui Angola.

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE; 2007 - versão implícita na terceira versão do ano; 2008 - versão preliminar.

## Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

De acordo com dados de base declarados do INE, não englobando portanto estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário, no período de Janeiro a Agosto de 2008, face ao período homólogo do ano anterior, assistiu-se a um acréscimo do peso das saídas dos produtos de *média intensidade tecnológica* (média baixa + média alta), de 53,1% para 55,1% (Figura 3.4 e Quadro 3.6).

**Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



Nota 1 - Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas no comércio intracomunitário.

Nota 2: Os dados dos produtos de AT em 2004 e 2005 não são comparáveis porque a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na Balança de Serviços. O mesmo sucede em 2005 e 2006, por idêntico tratamento ter sido aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Fonte: GEE a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - versão preliminar).

O peso das saídas dos produtos de *Baixa Intensidade Tecnológica* no conjunto das saídas de produtos industriais transformados, que se situava em 44,6% do total em 2001, desceu para 35,5% em 2007 e para 34,4% nos oito primeiros meses de 2008.

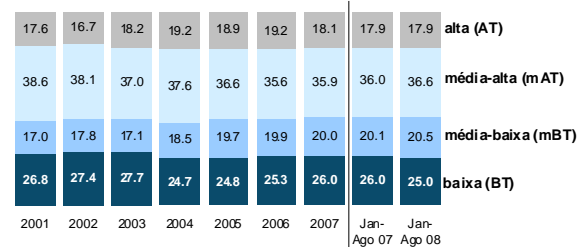
O peso dos produtos de *alta intensidade tecnológica* no total das saídas de produtos industriais transformados tem-se mantido, desde 2001, na faixa dos 10 a 12% do total.

Na Figura 3.5 encontram-se representadas as entradas dos produtos industriais transformados nos mesmos períodos.

Para maior detalhe, consultar a publicação "Balança de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica" nº 11/2008 em:

[www.gee.min-economia.pt](http://www.gee.min-economia.pt)

**Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica**



Nota: Não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação nem das não-respostas, no comércio intracomunitário.

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - 2ª versão; 2007 - 3ª versão; 2008 - versão preliminar).

## Quadro 3.6. Saídas e Entradas\* de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2006	Janeiro a Agosto		Taxas de variação em valor			% total prod. indust. transf.			Contributos <sup>[1]</sup> (p.p.)		
		2007	2008	média 2002-07	2007/06	Jan-Ago 2008/07	2006	2007	Jan-Ago 2007	2008	2007	Jan-Ago 2008
<b>SAÍDAS*</b>												
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>35 006 935</b>	<b>23 398 243</b>	<b>23 930 644</b>	<b>5.7</b>	<b>9.4</b>	<b>2.3</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>9.4</b>	<b>2.3</b>
Alta tecnologia	3 948 255	2 683 945	2 522 013	7.4	5.3	-6.0	11.7	11.3	11.5	10.5	0.6	-0.7
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	3 847 830	2 626 242	2 361 199	8.3	4.7	-10.1	11.5	11.0	11.3	9.9	0.5	-1.1
Média-alta tecnologia	10 922 147	7 300 639	7 392 568	5.4	9.6	1.3	31.1	31.2	31.2	30.9	3.0	0.4
Média-baixa tecnologia	7 694 592	5 116 005	5 783 828	15.1	10.1	13.1	21.8	22.0	21.9	24.2	2.2	2.9
Baixa tecnologia	12 441 941	8 297 656	8 232 234	1.4	10.1	-0.8	35.3	35.5	35.5	34.4	3.6	-0.3
<i>Por memória:</i>												
<b>Total das Saídas Residual</b>	<b>36 756 660</b>	<b>24 591 697</b>	<b>25 268 837</b>	<b>6.1</b>	<b>9.3</b>	<b>2.8</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>9.3</b>	<b>2.8</b>
	1 749 725	1 193 454	1 338 193	15.4	7.3	12.1	4.8	4.8	4.9	5.3	0.4	0.6
<b>ENTRADAS*</b>												
<b>Total dos prod. indust. transformados</b>	<b>46 139 688</b>	<b>30 165 362</b>	<b>30 979 253</b>	<b>4.6</b>	<b>9.1</b>	<b>2.7</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>9.1</b>	<b>2.7</b>
Alta tecnologia	8 340 384	5 403 542	5 540 741	6.2	2.6	2.5	19.2	18.1	17.9	17.9	0.5	0.5
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	7 752 974	5 074 655	4 964 773	5.5	0.5	-2.4	18.4	17.0	17.0	16.3	0.1	-0.4
Média-alta tecnologia	16 583 826	10 848 710	11 335 796	3.3	10.3	4.5	35.6	35.9	36.0	36.6	3.7	1.6
Média-baixa tecnologia	9 221 370	6 059 927	6 359 777	7.0	9.6	4.9	19.9	20.0	20.1	20.5	1.9	1.0
Baixa tecnologia	11 994 107	7 853 183	7 742 940	3.5	12.0	-1.4	25.3	26.0	26.0	25.0	3.0	-0.4
<i>Por memória:</i>												
<b>Total das Entradas Residual</b>	<b>55 501 416</b>	<b>36 219 365</b>	<b>39 499 366</b>	<b>5.5</b>	<b>8.1</b>	<b>9.1</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>100.0</b>	<b>8.1</b>	<b>9.1</b>
	9 361 728	6 054 004	8 520 113	11.0	3.5	40.7	17.6	16.9	16.7	21.6	0.6	6.8

\* Saídas de mercadorias correspondentem ao somatório das Expedições, no comércio Intracomunitário, com as Exportações para Países Terceiros. Entradas correspondentem ao somatório das Chegadas, no comércio Intracomunitário, com as Importações, originárias de Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais - análise shift share:  $(VH) \times (\text{peso no período homólogo anterior}) \div 100$ .

[2] Os dados referentes aos produtos de AT em 2004 e 2005 não são exactamente comparáveis uma vez que a partir de 1 de Janeiro de 2005 as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede aos dados de 2005 e 2006, por o mesmo tratamento ter sido aplicado agora às aeronaves provenientes dos países terceiros, a partir de 1 de Janeiro de 2006.

Nota: Não inclui estimativa abaixo do limiar de assimilação nem estimativa das não-respostas, no comércio intracomunitário.

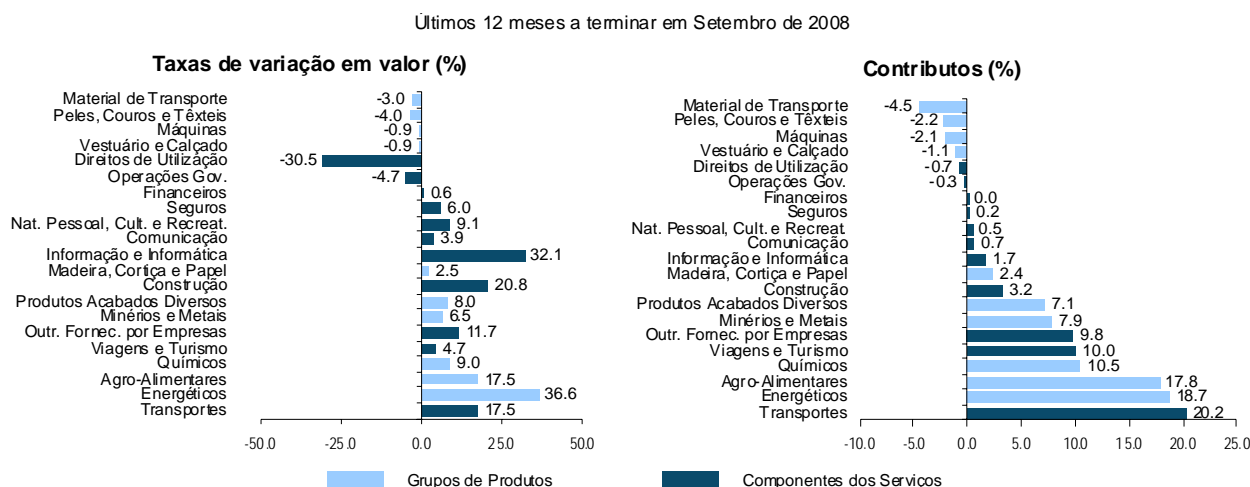
Fonte: GEE a partir de dados de base do INE declarados para Intra-UE (2001 a 2005 - últimas versões; 2006 - segunda versão; 2007 - terceira versão; 2008 - versão preliminar).

## Comércio Internacional de Bens e Serviços

De acordo com dados divulgados pelo Banco de Portugal para o período de *Janeiro a Setembro de 2008*, o peso dos Serviços no total dos Bens e Serviços foi de 31,3% do lado das “exportações” (crédito), e de 15,4% na vertente das “importações” (débito). Nos *últimos 12 meses a terminar em Setembro*, as “exportações” de Bens e Serviços aumentaram 6,4% em termos homólogos, sendo 45,5% desse crescimento explicado pelas “exportações” de Serviços, e os restantes 54,5% pelas “exportações” de Bens (Intra+ExtraUE) (Quadro 3.7).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos *últimos 12 meses*, com base em dados do INE para as “exportações” de Bens e do Banco de Portugal para as “exportações” de Serviços. O painel direito mede a proporção do crescimento das “exportações” atribuível a cada uma das categorias de serviços e grupos de produtos (6,4 p.p = 100). A figura revela que entre os 6 itens que mais contribuíram para o crescimento das “exportações”, 3 referem-se a Serviços.

**Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes**



**Quadro 3.7. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)**

Valores em milhões de euros

	Janeiro a Setembro		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos						
			Anual		Jan-Set		média anual	últimos 12 meses			Jan-Set		
	2007	2008	2002	2007	2007	2008		VH	contributos [1]		VH	contributos [1]	
							p.p.		%	p.p.		%	
<b>CRÉDITO ("Exportações")</b>													
<b>Bens e Serviços</b>	<b>40 816</b>	<b>43 045</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>7,3</b>	<b>6,4</b>	<b>6,4</b>	<b>100,0</b>	<b>5,5</b>	<b>5,5</b>	<b>100,0</b>
<b>Bens</b>	<b>28 226</b>	<b>29 568</b>	<b>71,6</b>	<b>69,1</b>	<b>69,2</b>	<b>68,7</b>	<b>6,5</b>	<b>5,0</b>	<b>3,5</b>	<b>54,5</b>	<b>4,8</b>	<b>3,3</b>	<b>60,2</b>
<b>Serviços</b>	<b>12 590</b>	<b>13 477</b>	<b>28,4</b>	<b>30,9</b>	<b>30,8</b>	<b>31,3</b>	<b>9,1</b>	<b>9,6</b>	<b>2,9</b>	<b>45,5</b>	<b>7,0</b>	<b>2,2</b>	<b>39,8</b>
Transportes	3 129	3 499	5,0	7,8	7,7	8,1	17,2	17,5	1,3	20,2	11,8	0,9	16,6
Viagens e Turismo	5 688	5 870	15,9	13,5	13,9	13,6	3,9	4,7	0,6	10,0	3,2	0,4	8,2
Comunicação	455	471	0,7	1,1	1,1	1,1	18,4	3,9	0,0	0,7	3,6	0,0	0,7
Construção	428	477	0,6	1,1	1,0	1,1	22,3	20,8	0,2	3,2	11,4	0,1	2,2
Seguros	74	79	0,2	0,2	0,2	0,2	4,3	6,0	0,0	0,2	7,6	0,0	0,3
Financeiros	180	171	0,4	0,4	0,4	0,4	9,0	0,6	0,0	0,0	-5,0	0,0	-0,4
Informação e Informática	136	177	0,2	0,4	0,3	0,4	19,1	32,1	0,1	1,7	30,7	0,1	1,9
Direitos de Utilização	60	36	0,1	0,1	0,1	0,1	20,0	-30,5	0,0	-0,7	-39,8	-0,1	-1,1
Outr. Fornec. por Empresas	2 166	2 414	4,6	5,4	5,3	5,6	9,3	11,7	0,6	9,8	11,4	0,6	11,1
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	140	156	0,3	0,4	0,3	0,4	10,9	9,1	0,0	0,5	11,5	0,0	0,7
Operações Governamentais	134	127	0,4	0,3	0,3	0,3	4,5	-4,7	0,0	-0,3	-5,3	0,0	-0,3
<b>DÉBITO ("Importações" Fob)</b>													
<b>Bens e Serviços</b>	<b>47 968</b>	<b>52 941</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>3,8</b>	<b>10,7</b>	<b>10,7</b>	<b>100,0</b>	<b>10,4</b>	<b>10,4</b>	<b>100,0</b>
<b>Bens</b>	<b>40 468</b>	<b>44 808</b>	<b>84,6</b>	<b>84,5</b>	<b>84,4</b>	<b>84,6</b>	<b>3,7</b>	<b>11,1</b>	<b>9,3</b>	<b>87,2</b>	<b>10,7</b>	<b>9,0</b>	<b>87,3</b>
<b>Serviços</b>	<b>7 500</b>	<b>8 133</b>	<b>15,4</b>	<b>15,5</b>	<b>15,6</b>	<b>15,4</b>	<b>4,2</b>	<b>8,8</b>	<b>1,4</b>	<b>12,8</b>	<b>8,4</b>	<b>1,3</b>	<b>12,7</b>
Transportes	2 366	2 485	4,6	4,9	4,9	4,7	4,1	6,2	0,3	2,8	5,0	0,2	2,4
Viagens e Turismo	2 140	2 243	4,6	4,4	4,5	4,2	2,4	6,3	0,3	2,6	4,8	0,2	2,1
Comunicação	298	321	0,5	0,6	0,6	0,6	13,6	4,0	0,0	0,2	7,4	0,0	0,4
Construção	83	121	0,2	0,2	0,2	0,2	4,2	37,7	0,1	0,6	44,7	0,1	0,7
Seguros	144	151	0,3	0,3	0,3	0,3	11,6	7,5	0,0	0,2	5,2	0,0	0,2
Financeiros	158	202	0,4	0,3	0,3	0,4	5,7	16,2	0,1	0,5	27,3	0,1	0,9
Informação e Informática	200	255	0,4	0,4	0,4	0,5	7,2	21,5	0,1	0,9	27,8	0,1	1,1
Direitos de Utilização	245	239	0,7	0,5	0,5	0,5	0,8	-0,2	0,0	0,0	-2,5	0,0	-0,1
Outr. Fornec. por Empresas	1 437	1 700	2,9	3,0	3,0	3,2	5,8	18,9	0,6	5,3	18,3	0,5	5,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	273	297	0,5	0,6	0,6	0,6	4,9	8,3	0,0	0,4	8,8	0,0	0,5
Operações Governamentais	154	120	0,3	0,3	0,3	0,2	3,3	-24,7	-0,1	-0,8	-22,2	-0,1	-0,7

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share: (VH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção do crescimento das "importações" de bens e serviços atribuível a cada categoria especificada.

Fonte: GEE, com base em dados do Banco de Portugal (Bal. Pagamentos) para o total dos Bens e para as categorias dos Serviços. A distribuição do contributo das exportações de Bens pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do INE.



**Destques**



## Grupo de produtos Agro-alimentares entre os mais dinâmicos nas expedições/exportações portuguesas

Com um peso de 9,4% no conjunto das saídas de mercadorias portuguesas em 2007 (9,9% no período de Janeiro a Setembro de 2008), o grupo de produtos “Agro-alimentares” tem-se mantido desde 2004 entre os 4 mais dinâmicos, em termos de taxa de crescimento anual em valor, num conjunto de 10 grupos de produtos. Este grupo ocupou a segunda posição em 2007 e nos primeiros nove meses de 2008, então só ultrapassado pelo grupo “Energéticos” (Quadro 1).

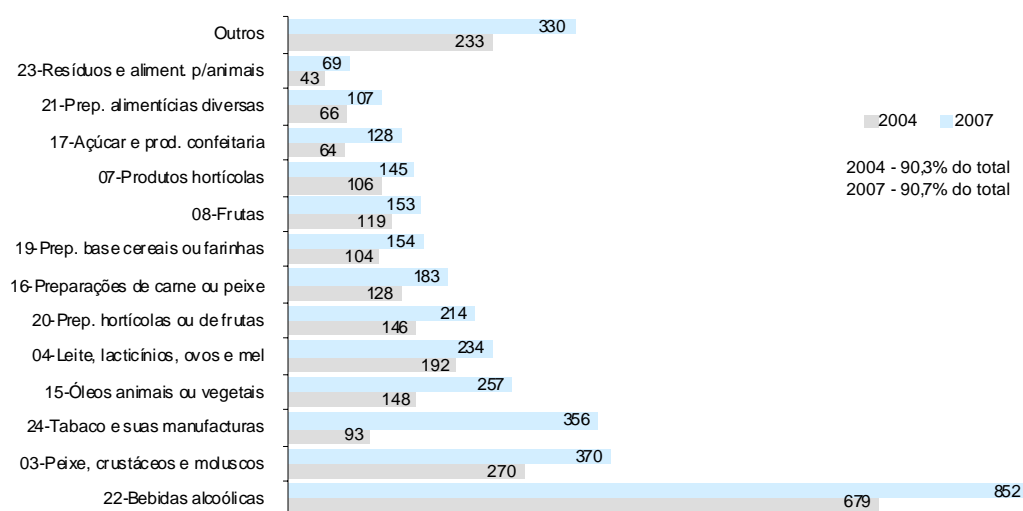
**Quadro 1 – Taxas de crescimento das saídas de produtos Agro-alimentares**

2005/2004	2006/2005	2007/2006	Jan-Set 08/07
12.6	11.6	18.1	15.7

Os 5 produtos (NC-2) que mais contribuíram para a taxa de crescimento das saídas de produtos Agro-alimentares em 2007 foram as “Bebidas alcoólicas” (17,5%), o “Tabaco e suas manufacturas” (11,9%) o “Leite, lacticínios, ovos e mel” (8,9%), o “Açúcar e produtos de confeitaria” (8,8%), e as “Preparações hortícolas e de frutas” (7,4%), produtos que explicaram 54,5% do crescimento. Nos primeiros 9 meses de 2008, os 5 maiores contributos foram os dos “Óleos animais ou vegetais” (24,9%), dos “Resíduos das indústrias alimentares e alimentos para animais” (11,2%), do “Leite, lacticínios, ovos e mel” (10,8%), do “Peixe, crustáceos e moluscos” (8,7%) e das “Preparações hortícolas e de frutas” (7,0%), que explicaram 62,6% do crescimento

Em 2007, as principais saídas em valor de produtos Agro-alimentares incidiram nas “Bebidas alcoólicas”, “Peixe, crustáceos e moluscos”, “Tabaco e suas manufacturas”, “Óleos animais ou vegetais”, “Leite, lacticínios, ovos e mel”, “Preparações hortícolas e de frutas”, “Preparações de carne ou peixe”, “Preparações à base de cereais ou de farinhas”, “Frutas”, “Produtos hortícolas”, “Açúcar e produtos de confeitaria”, “Preparações alimentícias diversas” e “Resíduos das indústrias alimentares e alimentos para animais”, todas com níveis superiores aos de 2004 (Figura 1).

**Figura 1 - Principais produtos Agro-alimentares exportados em 2004 e 2007 por capítulos da NC**  
(milhões de euros)



Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário).

A um nível mais fino, os principais produtos “exportados” em 2007, quando definidos a 4 dígitos da Nomenclatura Combinada, foram os “Vinhos” (17,4% do total) e o “Tabaco e seus sucedâneos” (10% do total). Com pesos menores, seguiram-se a “Cerveja”, o “Açúcar”, o “Azeite de oliveira”, as “Conservas de peixe”, o “Tomate preparado”, o “Leite”, o “Bacalhau” e os “Produtos de padaria ou pastelaria”, entre outros (Quadro 2).

**Quadro 2 - Principais produtos (NC-4) exportados em 2007**

NC-4	Descritivo	Peso (%)
	<b>Total</b>	<b>100.0</b>
2204	Vinhos de uvas frescas, incluindo vinhos enriquecidos com álcool	17.4
2402	Charutos, cigarilhas e cigarros, de tabaco ou seus sucedâneos	10.0
2203	Cerveja de malte	3.7
1701	Açúcar de cana/beterraba/sacarose quimicamente pura, estado sólido	3.3
1509	Azeite de oliveira, mesmo refinado	3.2
1604	Conservas de peixe; caviar e sucedâneos prep a partir de ovas	3.2
2002	Tomates preparados/conservados excepto em vinagre	3.0
0401	Leite/nata não concentrados nem adicionados açúcar/edulcorantes	2.8
0305	Peixe seco/salg/salmoura/fumad/farinh/pó/pellets, p'alim humana	2.4
1905	Prod padaria/pastelaria/bolach/biscoit/hóstias/cápsulas medicament	2.4
0302	Peixe fresco/refrigerado, excepto filetes	2.1
2202	Águas minerais/gaséfic c/açúcar/edulcor; outr bebidas não alcoólic	1.9
0303	Peixe congelado, excepto filetes	1.9
1507	Óleo de soja mesmo refinado	1.5
1601	Enchidos de carne/miudezas/sangue; suas preparações	1.5
2005	Outros prod hortíc prep/conserv except vinagre, não congelados	1.4
1512	Óleo de girassol, cártamo ou algodão, mesmo refinado	1.4
0306	Crustáceos viv/fresc/refrig/cong/sec/salg/cozid/pó, p'alim humana	1.4
0405	Manteiga e outras matérias gordas provenientes do leite	1.3
0307	Moluscos e outr invertebrados vivos/fresc/refrig/cong/secos/salg	1.2
0304	Filetes e outra carne peixe, mesmo picada, fresc/refrig/congelada	1.2
0808	Maçãs, peras e marmelos, frescos	1.2
0710	Produtos hortícolas cozidos ou não, congelados	1.1
2304	Bagaço soja/outr resid extração óleo, mesmo triturados/pellets	1.0
	Sub.total	71.6

Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário).

Os maiores ritmos de crescimento entre 2004 e 2007 couberam ao “Tabaco e suas manufacturas”, “Açúcar”, “Óleos animais e vegetais”, “Resíduos das indústrias alimentares e alimentos para animais” e “Preparações alimentícias diversas” (Quadro 3).

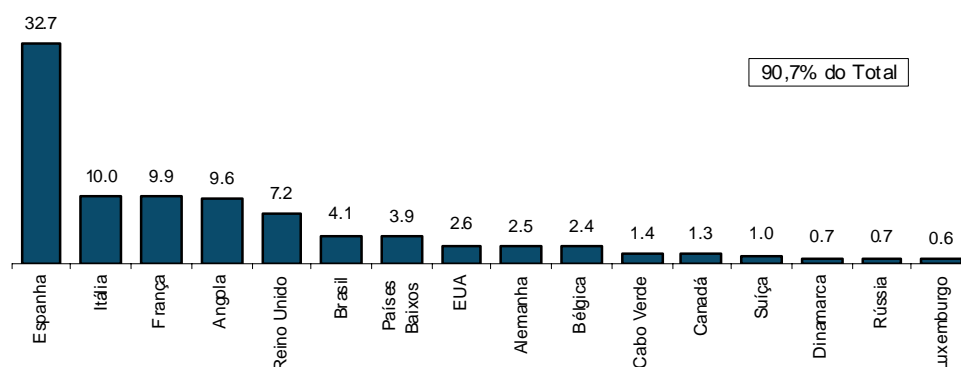
**Quadro 3 - Crescimento dos principais produtos agro-alimentares exportados entre 2004 e 2007 por capítulos da NC (2004 = 100)**

	2005	2006	2007	Peso em 2007 (%)
<b>Total</b>	<b>112.6</b>	<b>125.7</b>	<b>148.4</b>	<b>100.0</b>
24-Tabaco e suas manufacturas	243.6	312.3	381.5	10.0
17-Açúcar e prod. confeitaria	106.5	125.9	199.9	3.6
15-Óleos animais ou vegetais	122.5	152.4	173.7	7.2
23-Resíduos e aliment. p/animais	80.3	111.5	161.6	1.9
21-Prep. alimentícias diversas	124.5	132.1	160.9	3.0
19-Prep. base cereais ou farinhas	107.8	126.7	147.3	4.3
20-Prep. hortícolas ou de frutas	103.0	118.6	146.3	6.0
16-Preparações de carne ou peixe	110.5	121.7	142.3	5.1
03-Peixe, crustáceos e moluscos	108.8	128.0	137.0	10.4
07-Produtos hortícolas	97.2	113.7	136.3	4.1
08-Frutas	113.8	107.5	128.9	4.3
22-Bebidas alcoólicas	102.5	111.5	125.4	24.0
04-Leite, lacticínios, ovos e mel	101.2	96.3	121.5	6.6
Total da amostra:				90.7

Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário).

Os principais mercados de destino das saídas de produtos Agro-alimentares em 2007 foram a Espanha, com quase 1/3 do total, seguida da Itália, França, Angola e Reino Unido (Figura 2).

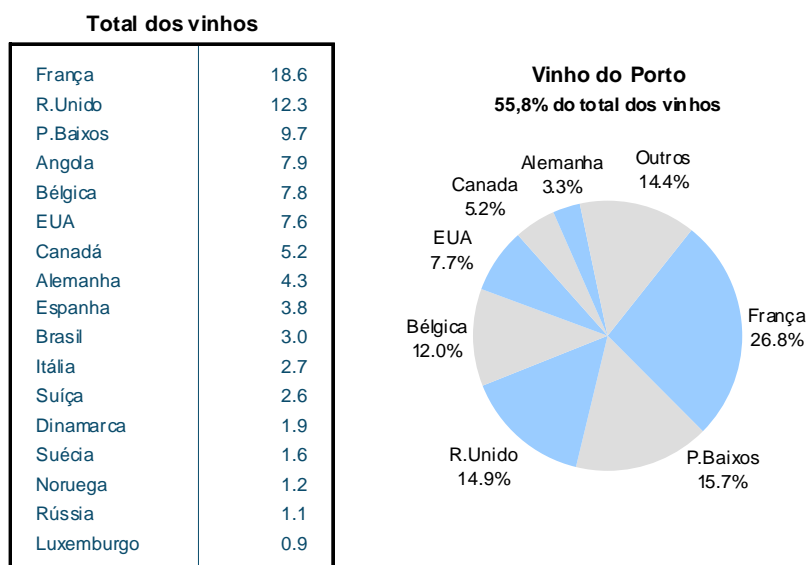
**Figura 2 - Principais mercados de destino das saídas de produtos agro-alimentares em 2007**  
(em percentagem)



Fonte: GEE, a partir de dados de base do INE (induí estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário).

O produto dominante são os Vinhos, com 17,4% do total dos Agro-alimentares em 2007, em que o Vinho do Porto representou quase 56%. A França é o principal cliente do Vinho do Porto, com uma quota de 26,8% (Quadro 4 e Figura 3).

**Quadro 4 e Figura 3 – Mercados de destino dos Vinhos em 2007**



Fonte: GEE, a partir de dados de base declarados do INE (não inclui estimativas abaixo do limiar de assimilação e das não-respostas no comércio intracomunitário).

O segundo produto com maior peso foi o "Tabaco e suas manufacturas", que representou 10% do total em 2007, tendo a Itália como maior importador (68% do total), seguida da Espanha (21,6%) (Quadro 5).

**Quadro 5 - Principais mercados de destino do Tabaco e suas manufacturas em 2007 (%)**

Itália	68.0
Espanha	21.6
França	5.5
Africa do Sul	1.8
Alemanha	0.8



**Artigos**



## Em Análise

### *Ease of Doing Business 2009: Facilidade de fazer negócios em Portugal*

Merícia Gouveia<sup>1</sup>

O Banco Mundial divulgou recentemente o relatório Doing Business 2009, o sexto da série anual, cujo objectivo é proporcionar uma base objectiva para uma maior compreensão e melhoria do ambiente regulamentar aplicado aos negócios. Este relatório disponibiliza informação referente ao índice “Facilidade em Fazer Negócios” (*Ease of Doing Business*), com base em dados que cobrem o período de Junho de 2007 a Junho de 2008<sup>2</sup>. Ainda que a informação recolhida seja de 2008, o título refere-se a 2009, uma vez que pretende reflectir o ambiente de negócios que um empreendedor espera encontrar em 2009. Este índice é apresentado como um *ranking* que compara 181 economias, mais 3 do que no anterior. Incide em 10 áreas de negócios que podem ser afectadas por regulamentações em vigor, a saber: criação de empresas, processo de licenciamento, contratações e despedimentos, registo de propriedade, obtenção de crédito, protecção dos investidores, fiscalidade, procedimentos alfandegários, cumprimento de contratos e encerramento de empresas.

Como nesta edição do Índice “Facilidade em Fazer Negócios” a metodologia de cálculo sofreu algumas alterações e foram adicionados 3 novos países, o *ranking* de 2008 foi recalculado de modo a permitir comparações evolutivas entre as 181 economias analisadas. Em Anexo é apresentado maior detalhe sobre o conteúdo e a metodologia aplicada.

#### 1. Principais resultados de Portugal

Como base comparativa de análise foram seleccionados 36 países, que correspondem aos países da OCDE e da UE27<sup>3</sup>. O Quadro 1 apresenta para estes países os *rankings* do indicador agregado “Facilidade em Fazer Negócios” para 2009 e 2008, assim como os referentes a cada uma das 10 áreas para o ano de 2009.

No *ranking* global de 2009, as dez primeiras posições são idênticas às recalculadas para o ano anterior, com excepção da 9ª posição da Austrália, por troca com a Noruega. No âmbito da UE, os primeiros classificados são a Dinamarca (5ª posição), o Reino Unido (6ª posição) e a Irlanda (7ª posição). Portugal surge na 48ª e a Espanha posiciona-se logo abaixo em 49ª, descendo 3 posições. Portugal está também melhor classificado que o Luxemburgo (50ª), a Itália (65ª) e a Grécia (96ª).

O relatório refere que entre Junho de 2007 e Junho de 2008, no global dos 181 países, foram implementadas 239 reformas em 113 economias.

Na identificação das áreas que foram alvo de reformas positivas e negativas em 2007/2008, Portugal surge com menção positiva (*top reformer*<sup>4</sup>) em três áreas: “Processo de Licenciamento”, “Cumprimento de Contratos Comerciais” e “Encerramento de Empresas”. De entre os países da OCDE, Portugal é 3º *ex aequo* com a Nova Zelândia em número de reformas positivas implementadas em 2007/2008. Refira-se que nem todos os países implementaram reformas nestas áreas, como é o caso da Espanha, da Irlanda e dos EUA.

<sup>1</sup> Assessora Principal da Direcção de Serviços de Análise Económica e Previsão. As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade da autora.

<sup>2</sup> Excepto para a área Fiscalidade, cujo período é Janeiro a Dezembro de 2007.

<sup>3</sup> Não inclui Malta e Chipre, por não constarem do grupo dos 181 países analisados no relatório.

<sup>4</sup> Economias que implementaram 3 ou mais reformas, tornando mais fácil fazer negócios. No Doing Business 2009 foram apuradas 33 economias *top reformers*, com um total de 239 reformas.

Da caixa 1 consta uma breve resenha comparativa entre **Portugal** e os países seleccionados, tendo por base os posicionamentos das dez áreas, por ordem decrescente.

No Quadro 1A (em Anexo) estão identificados todos os indicadores que constituem as dez áreas para Portugal, Espanha, Dinamarca (país da UE melhor classificado) e a OCDE, permitindo a comparação dos respectivos resultados e um melhor entendimento do conteúdo dos indicadores.

**Quadro 1 - Índice Agregado “Facilidade em Fazer Negócios” (Ease of Doing Business) e respectivas Áreas - Ranking 2009**

Economia	Facilidade em Fazer Negócios		Criação de empresas	Processo de licenciamento	Contratações e despedimentos	Registo de propriedade	Obtenção de crédito	Protecção dos investidores	Fiscalidade	Procedimentos alfandegários	Cumprimento de contratos	Encerramento de empresas	Número de ordem em 181 países	
	2008 (*)	2009												
	Nova Zelândia	2											2	1
EUA	3	3	6	26	1	12	5	5	46	15	6	15		
Dinamarca	5	5	16	7	10	43	12	24	13	3	29	7		
Reino Unido	6	6	8	61	28	22	2	9	16	28	24	9		
Irlanda	7	7	5	30	38	82	12	5	6	18	39	6		
Canadá	8	8	2	29	18	32	28	5	28	44	58	4		
Austrália	10	9	3	57	8	33	5	53	48	45	20	14		
Noruega	9	10	33	66	99	8	43	18	18	7	7	3		
Islândia	11	11	17	28	62	15	28	70	32	34	3	16		
Japão	12	12	64	39	17	51	12	15	112	17	21	1		
Finlândia	13	14	18	43	129	21	28	53	97	4	5	5		
Suécia	14	17	30	17	114	10	68	53	42	6	55	18		
Bélgica	16	19	20	44	37	168	43	15	64	43	22	8		
Suíça	15	21	52	32	19	13	12	164	19	39	32	36		
Estónia	18	22	23	19	163	24	43	53	34	5	30	58		
Coreia do Sul	22	23	126	23	152	67	12	70	43	12	8	12		
Alemanha	20	25	102	15	142	52	12	88	80	11	9	33		
Holanda	27	26	51	94	98	23	43	104	30	13	34	10		
Austria	23	27	104	46	50	36	12	126	93	19	13	20		
Lituânia	28	28	74	63	131	4	43	88	57	26	16	34		
Letónia	26	29	35	78	103	77	12	53	36	25	4	86		
França	32	31	14	18	148	166	43	70	66	22	10	40		
Eslováquia	37	36	48	53	83	7	12	104	126	116	47	37		
Hungria	50	41	27	89	84	57	28	113	111	68	12	55		
Bulgária	44	45	81	117	60	59	5	38	94	102	86	75		
Roménia	47	47	26	88	143	114	12	38	146	40	31	85		
<b>Portugal</b>	<b>43</b>	<b>48</b>	<b>34</b>	<b>128</b>	<b>164</b>	<b>79</b>	<b>109</b>	<b>38</b>	<b>73</b>	<b>33</b>	<b>34</b>	<b>21</b>		
Espanha	46	49	140	51	160	46	43	88	84	52	54	19		
Luxemburgo	45	50	69	40	167	118	109	113	14	31	2	48		
Eslovénia	64	54	41	69	158	104	84	18	78	78	79	38		
México	42	56	115	33	141	88	59	38	149	87	79	23		
Turquia	60	59	43	131	138	34	68	53	68	59	27	118		
Itália	59	65	53	83	75	58	84	53	128	60	156	27		
República Checa	65	75	86	86	59	65	43	88	118	49	95	113		
Polónia	72	76	145	158	82	84	28	38	142	41	68	82		
Grécia	106	96	133	45	133	101	109	150	62	70	85	41		

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business* 2009

Nota: (\*) - Valores recalculados para 2008

## 2. Desempenho de Portugal em áreas específicas

Em matéria de criação de um ambiente de negócios favorável às empresas e à competitividade, Portugal tem vindo a implementar um conjunto de iniciativas e medidas de política que visam contribuir para melhorar as relações entre as empresas e o Estado, como é o caso do SIMPLEX. De facto, os dois últimos relatórios do *Doing Business* têm vindo a assinalar Portugal como top reformer com incidência de actuações em 6 das 10 áreas, a saber: criação e encerramento de empresas, processo de licenciamento, registo de propriedade, fiscalidade e cumprimento de contratos.

### Caixa 1 – Desempenhos de Portugal por ordem decrescente

- ◆ **Encerramento de Empresas: 21º lugar** (20º no *ranking* 2008<sup>5</sup>). Os países da UE melhor posicionados são a Finlândia (5º lugar) e a Irlanda (6º lugar). A Dinamarca é 16ª enquanto a Espanha detém o 19º lugar, ligeiramente acima de Portugal, o que pode ser parcialmente explicado pelo comportamento do indicador “número de anos para completar o processo de falência”, que em Espanha é de 1 ano e em Portugal é de dois anos. Contudo, face às reformas empreendidas, Portugal é classificado como *top reformer* em 2007/2008 nesta área, a par de 9 países<sup>6</sup> da OCDE e da UE.
- ◆ **Procedimentos Alfandegários: 33º lugar** (32º no *ranking* 2008). Nas posições mais favoráveis destacam-se os países nórdicos, com a Dinamarca a ser a melhor da UE (3º lugar). A Espanha está na 52ª posição. De realçar o indicador “custos de exportação” que em Portugal é muito mais baixo que em Espanha e mesmo que na OCDE.
- ◆ **Criação de Empresas: 34º lugar** (40º no *ranking* 2008). Os países anglo-saxónicos lideram nesta área, cabendo à Irlanda a melhor posição da UE (5ª posição). A subida de 6 lugares por Portugal reflecte a evolução favorável dos quatro indicadores desta área, face ao período anterior.
- ◆ **Cumprimento de Contratos Comerciais: 34º lugar** (37º no *ranking* 2008). Portugal sobe 3 posições e é classificado como *top reformer* em 2007/2008 nesta área, a par de 4 países da UE<sup>7</sup>.
- ◆ **Protecção dos Investidores: 38º lugar** (33º no *ranking* 2008). Os países anglo-saxónicos distinguem-se nesta área, com a Irlanda (5º lugar) e o Reino Unido (9º lugar) a registar, de longe, os melhores desempenhos da UE. Portugal não regista alteração nos indicadores que constituem esta área mas mantém níveis ligeiramente superiores aos da média da OCDE.
- ◆ **Fiscalidade: 73º lugar** (70º no *ranking* 2008). De distinguir a 6ª posição da Irlanda, a melhor dos países da UE, seguida da Dinamarca (13ª). Face à média da OCDE, Portugal distancia-se no indicador que se refere ao “número de horas a despende” por ano por uma PME no pagamento dos seus impostos.
- ◆ **Registo de Propriedade: 79º lugar** (71º no *ranking* 2008). Nesta área sobressaem a Lituânia (4º lugar) e a Eslováquia (7º lugar) como os países da UE com melhor desempenho. A Espanha, com a 46ª posição, situou-se acima de Portugal, diferindo substancialmente no indicador “número de dias” para efectuar um registo (42 dias em Portugal contra 18 em Espanha).
- ◆ **Obtenção de Crédito: 109º lugar** (102º no *ranking* 2008). Nesta área, há que distinguir as melhores posições pertencentes aos países anglo-saxónicos com o Reino Unido e a Bulgária como os países da UE melhor colocados. Portugal surge numa posição de debilidade nos indicadores que constituem esta área, com a Espanha a situar-se muito acima (43ª posição).
- ◆ **Processo de Licenciamento: 128º lugar** (115º no *ranking* 2008). Dos países da UE, a Dinamarca distingue-se pela sua boa *performance* (7º lugar). A Espanha ocupa o 51º lugar do *ranking*, muito acima de Portugal, situação que se deve aos altos valores dos indicadores “número de procedimentos” e “duração (dias)” necessários para a construção de um armazém normalizado. Contudo, Portugal tem vindo a reformar nestas matérias pelo que é classificado como *top reformer* em 2007/2008 nesta área, único distinguido de entre os países da OCDE e da UE.
- ◆ **Contratações e Despedimentos: 164º lugar** (igual ao *ranking* 2008). A Dinamarca é o país da UE melhor classificado (10º lugar). Esta é a área em que Portugal tem pior classificação, destacando-se o indicador “custos de despedimento (semanas de ordenado)” como o que mais se distancia da média da OCDE. A Espanha posiciona-se em 160º lugar, ligeiramente acima de Portugal. Comparando as duas economias, Portugal tem uma regulamentação menos rígida nas contratações e mais rígida no despedimento, enquanto que em Espanha sucede o contrário.

<sup>5</sup> Trata-se do posicionamento resultante do ajustamento efectuado à metodologia que foi aplicada a 181 países no *Doing Business* 2009.

<sup>6</sup> Bulgária, República Checa, Finlândia, Alemanha, Grécia, Letónia, México, Nova Zelândia e Polónia.

<sup>7</sup> Áustria, Bélgica, Bulgária e Roménia

Os desempenhos evolutivos de Portugal nalgumas áreas têm sido muito significativos, sendo de destacar as medidas de simplificação administrativa e legislativa em matéria de constituição de sociedades através da “Empresa na Hora” e “Empresa on-line” e de dissolução e liquidação na hora de sociedades comerciais. No Quadro 2 está patente o resultado das medidas que têm sido tomadas na área da criação de empresas.

**Quadro 2 - Constituição de uma sociedade em Portugal**

Indicadores	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Procedimentos (nº)</b>	11	11	11	8	7	6
<b>Dias (nº)</b>	78	78	54	8	7	6
<b>Custos em % do Rendimento Interno Bruto per capita</b>	12	13,5	13,4	4,3	3,4	2,9

Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2004 a 2009

Em matéria de encerramento de empresas, área em que Portugal detém a sua melhor posição relativa e é classificado como *top reformer* em 2007/2008, os três indicadores mantêm-se estáveis no período 2003-2008 (Quadro 3), com excepção da taxa de recuperação que sofreu uma descida em 2008.

**Quadro 3 – Encerramento/falência de empresas em Portugal**

Indicadores	2003	2004	2005	2006	2007	2008
<b>Anos (nº)</b>	2	2	2	2	2	2
<b>Custos em % da propriedade</b>	9	9	9	9	9	9
<b>Taxa de recuperação (cêntimos por dólar)</b>	73,2	73,2	74,7	75,0	74,0	69,4

Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2005 a 2009

Nota: Dados reportados a Junho de cada ano.

No processo de licenciamento, área em que Portugal foi classificado como *top reformer* em 2007/2008, os dados ainda não captam o novo quadro legislativo, que foi publicado em 2008 mas só entrará em vigor em 2009. No Quadro 4 assinala-se uma descida gradual nos custos, entre 2005 e 2008, mantendo-se os outros indicadores sem alterações significativas.

**Quadro 4 – Processo de Licenciamento em Portugal**

Indicadores	2005	2006	2007	2008
<b>Procedimentos (nº)</b>	20	20	20	21
<b>Dias (nº)</b>	327	327	327	328
<b>Custos em % do valor Rendimento Interno Bruto per capita</b>	61,8	60,3	54,0	53,5

Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2006 a 2009

Nota: Dados reportados a Junho de cada ano.

O Quadro 5 espelha na área de registo de propriedade o decréscimo significativo no número de dias necessário para registar uma propriedade, que passou para cerca de metade a partir de 2007.

Quadro 5 – Registo de propriedade em Portugal

Indicadores	2004	2005	2006	2007	2008
Procedimentos (nº)	5	5	5	5	5
Dias (nº)	83	83	81	42	42
Custos em % do valor da propriedade	7,4	7,5	7,4	7,4	7,4

Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2005 a 2009

Nota: Dados reportados a Junho de cada ano.

Na obtenção de crédito (Quadro 6), Portugal está melhor cotado no índice que mede a disponibilidade de informação de crédito do que no da adequação da legislação de acesso ao crédito.

Quadro 6 – Obtenção de crédito em Portugal

Indicadores	2004	2005	2006	2007	2008
Índice de direitos legais (1)	3	3	3	3	3
Índice de informação de crédito (2)	4	4	4	4	4
- Cobertura de crédito por registos públicos (% da população adulta)	63,7	64,3	72	67,1	76,4
- Cobertura de crédito por agências privadas (% da população adulta)	7,9	9,8	9,1	11,3	11,3

Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2005 a 2009

Notas: Dados reportados a Junho de cada ano. (1) - Varia de 0 a 10, com os valores mais altos a indicar leis mais adequadas ao acesso ao crédito; (2) - Varia entre 0 e 6, com os valores mais altos a indicar maior disponibilidade de informação sobre crédito.

Em termos de contratações e despedimentos (Quadro 7), os indicadores de Portugal mantêm-se inalteráveis desde 2004. A regulamentação do trabalho é uma das matérias geralmente apontada em relatórios internacionais, nomeadamente no *Global Competitiveness Report*, do *World Economic Forum* e no *World Competitiveness Yearbook*, do Institute for Management Development como constituindo uma desvantagem/fraqueza competitiva para Portugal. O Relatório Doing Business 2008 ainda não contempla a actual revisão do Código de Trabalho.

Quadro 7 – Contratações e despedimentos em Portugal

Indicadores	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Índice de rigidez de emprego (1) (Corresponde a uma média dos três índices):	53	48	48	48	48	48
- Índice de dificuldade de contratação	50	33	33	33	33	33
- Índice de rigidez de horas	60	60	60	60	60	60
- Índice de dificuldade de despedimento	50	50	50	50	50	50
Custos de despedimento (semanas de ordenados)	95	95	95	95	95	95

Fonte: Banco Mundial, Doing Business 2004 a 2009

Notas: Dados reportados a Junho de cada ano. (1) - Varia de 0 a 100, com os valores mais altos a representar maior rigidez de regulamentações.

## Anexo - Metodologia

Cada uma das áreas do Índice *Doing Business*, identificadas no Quadro A, é composta por indicadores que se debruçam sobre questões ligadas à regulamentação de negócios e à protecção dos direitos de propriedade. Estes indicadores são baseados em informação factual relativa às leis e regulamentos em

vigor e estão especialmente focados nas pequenas e médias empresas nacionais. Pretendem, no seu conjunto, reflectir as 10 fases de vida de uma empresa.

**Quadro A - Áreas e conteúdo do índice agregado “Facilidade em Fazer Negócios” 2009**

Áreas	Conteúdo
Criação de empresas	Procedimentos, tempo e custos associados ao início legal de uma sociedade anónima de responsabilidade limitada.
Processo de licenciamento	Todos os procedimentos, tempo e custos requeridos na construção de um armazém normalizado.
Contratações e despedimentos	Flexibilidade das regulamentações de contratação e despedimento de trabalhadores assim como os custos de contratação e de despedimento.
Registo de propriedade	Etapas, tempo e custos envolvidos no registo de propriedades.
Obtenção de crédito	Direitos do credor e registos de informação de crédito na expansão do acesso ao crédito.
Protecção dos investidores	Nível de protecção dos accionistas minoritários em face da má utilização dos activos da empresa.
Fiscalidade	Impostos que uma empresa de dimensão média deve pagar ou reter num dado ano e peso administrativo no pagamento de impostos.
Procedimentos alfandegários	Custos e procedimentos envolvidos na importação e exportação de uma expedição <i>standard</i> de bens.
Cumprimento de contratos comerciais	Eficiência do sistema judicial na resolução de uma disputa comercial, custos e número de procedimentos envolvidos.
Encerramento de empresas / falências	Tempo, custos e resultados dos procedimentos de falência de empresas.

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business* 2009

Os resultados são baseados em respostas a questionários quantitativos e qualitativos fornecidas por mais de 6700 parceiros locais nos diversos países. No caso de Portugal, incluem-se gabinetes de advogados, empresas de consultoria, associações empresariais, Ministério da Justiça, UCMA e Direcção-Geral de Registos e Notariado.

O cálculo do índice agregado passa por duas fases de tratamento dos dados relativos às 10 áreas a aos 181 países. A primeira corresponde ao cálculo da média simples dos *rankings* em percentil das áreas para cada país em análise, e a segunda trata da ordenação de todas as economias tendo por base os resultados da primeira fase.

O relatório defende que a metodologia do índice agregado “Facilidade em Fazer Negócios” resulta bem dada a sua simplicidade e ajusta-se facilmente relativamente às metas económicas específicas, mas admite também que ainda apresenta deficiências na cobertura de algumas áreas importantes. As alterações de metodologia introduzidas em 2008 centraram-se na área da obtenção de crédito do índice “Facilidade em Fazer Negócios” e visaram uma melhor adequação do conteúdo dos indicadores em análise.

Contudo, o relatório refere ainda como limitação o facto de o índice não abarcar áreas importantes para os negócios, como a proximidade do país a grandes mercados, a qualidade dos serviços infraestruturais a segurança da propriedade em termos de roubo/saque, entre outros.

Como nesta edição do *ranking* “Facilidade em Fazer Negócios” a metodologia de cálculo sofreu algumas alterações e foram adicionados 3 novos países, o *ranking* de 2008 foi recalculado de modo a permitir comparações evolutivas entre as 181 economias analisadas. Deste modo, a análise que segue tem subjacente estas alterações.

Quadro 1A (continua) – Áreas e indicadores do agregado “Facilidade em Fazer Negócios” (Ease of Doing Business) – 2009

Áreas	Indicadores	Portugal		Espanha		Dinamarca		OCDE
		Valor	Nº de ordem (em 181 países)	Valor	Nº de ordem (em 181 países)	Valor	Nº de ordem (em 181 países)	
<b>Indicador Agregado "Facilidade em Fazer Negócios"</b>			<b>48</b> <b>(43)</b>		<b>49</b> <b>(46)</b>		<b>5</b> <b>(5)</b>	
<b>Criação de empresas</b>	Número de procedimentos	6		10		4		5,8
	Número de dias	6	34	47	140	6	16	13,4
	Custos (% do Rendimento Interno Bruto <i>per capita</i> )	2,9	(40)	14,9	(123)	0,0	(16)	4,9
	Capital mínimo a depositar para obtenção do registo (% do Rendimento Interno Bruto <i>per capita</i> )	34,3		13,1		40,1		19,7
<b>Processo de licenciamento</b>	Número de procedimentos	21		11		6		15,4
	Número de dias	328	128 (115)	233	51 (49)	69	7 (7)	161,5
	Custos (% do rendimento <i>per capita</i> )	53,5		62,3		60,9		56,7
<b>Contratações e despedimentos</b>	Índice de rigidez de emprego. Varia entre 0 e 100, com os valores mais altos a representar maior rigidez de regulamentações. Corresponde a uma média dos três índices:	48		56		10		31,4
	- Índice de dificuldade de contratação		164		160		10	
	- Índice de rigidez de horas	33	(164)	78	(159)	0	(10)	25,7
	- Índice de dificuldade de despedimento	60		60		20		42,2
	Custos de despedimento (semanas de ordenados)	50		30		10		26,3
		95		56		0		31,4
<b>Registo de propriedade</b>	Número de procedimentos	5		4		6		4,7
	Número de dias	42	79 (71)	18	46 (44)	42	43 (40)	30,3
	Custos (% do valor da propriedade)	7,4		7,2		0,6		4,5

Áreas	Indicadores	Portugal		Espanha		Dinamarca		OCDE
		Valor	Nº de ordem (em 181 países)	Valor	Nº de ordem (em 181 países)	Valor	Nº de ordem (em 181 países)	
<b>Obtenção de crédito</b>	Índice de direitos legais (Varia de 0 a 10, com os valores mais altos a indicar leis mais adequadas ao acesso ao crédito)	3		6		9		6,8
	Índice de informação de crédito (Varia entre 0 e 6, com os valores mais altos a indicar maior disponibilidade de informação sobre crédito)	4	109	5	43	4	12	4,8
	- Cobertura de crédito por registos públicos (% da população adulta)	76,4	(102)	45,8	(40)	0,0	(13)	8,4
	- Cobertura de crédito por agências privadas (% da população adulta)	11,3		8,1		5,0		58,4
<b>Protecção dos investidores</b>	Índice de protecção dos investidores (Varia entre 0 e 10, com os valores mais altos a representar condições mais favoráveis). Inclui três dimensões:	6		5		6,3		5,8
	- Índice de divulgação da informação (transparência das transacções)	6	38	6	88	7	24	5,9
	- Índice de responsabilidade dos directores das empresas	5	(33)	4	(84)	5	(19)	5,0
	- Índice de facilidade dos accionistas em processar judicialmente os funcionários por má conduta	7		5		7		6,6
<b>Fiscalidade</b>	Fiscalidade anual efectiva para uma empresa de dimensão média, medida através de:							
	Número de pagamentos a efectuar	8		8		9		13,4
	Número de horas a dispender	328		234		135		210,5
	Total do imposto a pagar (% do lucro bruto)	14,1	73	22,2	84	23,5	13	17,5
	Impostos laborais e contribuições (%)	26,8	(70)	37,2	(97)	0,7	(16)	24,4
	Outros impostos (%)	2,7		0,8		5,7		3,4
Taxa total de imposto (% do lucro)	43,6		60,2		29,9		45,3	
<b>Procedimentos alfandegários</b>	Número de documentos para exportação	6		6		4		4,5
	Número de dias para exportação	16		9		5		10,7
	Custos de exportação (US\$ por contentor)	685	33	1 121	52	681	3	1069,1
	Número de documentos para importação	7	(32)	8	(50)	3	(2)	5,1
	Número de dias para importação	16		10		5		11,4
	Custos para importação (US\$ por contentor)	999		1 121		681		1132,7
<b>Cumprimento de contratos comerciais</b>	Número de procedimentos	34		39		34		30,8
	Número de dias	577	34	515	54	380	29	426,7
	Custos (% da dívida)	14,2	(37)	17,2	(53)	23,3	(29)	18,9
<b>Encerramento de empresas / falências</b>	Número de anos para completar o processo de falência	2,0		1,0		1,1		1,7
	Custos (% da propriedade)	9	21	15,0	19	4	7	8,4
	Taxa de recuperação (cêntimos por dólar)	69,4	(20)	73,2	(17)	86,5	(7)	68,6

Fonte: Banco Mundial, *Doing Business* 2009

Nota: ( ) - Valores recalculados para 2008

## Iniciativas e Medidas Legislativas



## INICIATIVAS E MEDIDAS LEGISLATIVAS

### 1. INICIATIVAS

INICIATIVA	SUMÁRIO
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>2 de Dezembro de 2008</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 2 de Dezembro de 2008 destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li data-bbox="517 521 1359 1059"> <p>▪ <b>Preparação do Conselho Europeu de 11 e 12 de Dezembro de 2008 – Apoio à actividade económica na Europa e resposta à crise financeira</b> Os Ministros aprovaram o seu contributo para as deliberações do Conselho Europeu relativamente ao plano europeu de recuperação económica, na sequência da apresentação da Comunicação da Comissão “<i>A European Economic Recovery Plan</i>”. O referido contributo – que se baseia nas propostas constantes da Comunicação da Comissão – apoia o estímulo de 1,5% do PIB da UE e reitera: (i) a importância de coordenar, bem como de adaptar às suas circunstâncias específicas, as medidas a adoptar pelos estados-membros; (ii) a possibilidade de escolha entre um conjunto de medidas, incluindo tanto políticas do lado da despesa como da receita, devendo ser dada prioridade àquelas cujo impacto no curto prazo é mais significativo; (iii) a importância do enquadramento fornecido pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento, o qual deverá ser utilizado na sua máxima flexibilidade, sendo consistente com os objectivos de sustentabilidade, no longo prazo, das finanças públicas.</p> <p>Os Ministros procederam igualmente a uma troca de pontos de vista sobre possíveis iniciativas internacionais para fazer face à actual crise financeira, tendo sido sublinhada a necessidade de estabelecer, o mais rapidamente possível, os regimes nacionais de apoio ao sector bancário, no que diz respeito a garantias e, em especial, aos planos de recapitalização. Relativamente a estes planos, o Conselho aguarda a publicação de orientações por parte da Comissão, a qual foi convidada a colaborar com o Banco Central Europeu em todas as questões relacionadas com a matéria.</p> <p>Foi ainda salientada a importância da implementação total dos roteiros previamente acordados no ECOFIN, em particular o roteiro de resposta à crise financeira. De referir que, nesta reunião, os Ministros chegaram a acordo sobre quatro directivas-chave em matéria de solvência das companhias de seguros, requisitos de capital dos bancos, organismos de investimento colectivo em valores mobiliários e sistemas de garantia de depósitos.</p> <p>O Conselho constatou igualmente que os trabalhos com vista à melhoria da supervisão global a nível das empresas financeiras foram concluídos na sua maior parte e que a calendarização de trabalhos até ao final do corrente ano tem vindo a ser respeitada, sobretudo no que diz respeito ao fortalecimento dos comités de supervisão, ao seu modo de funcionamento e à inclusão de uma dimensão europeia nos mandatos das autoridades de supervisão nacionais.</p> </li> <li data-bbox="517 1877 1359 2058"> <p>▪ <b>Fiscalidade</b></p> <p><u>Taxas reduzidas de IVA</u> - O Conselho analisou uma proposta de Directiva que visa a revisão das regras sobre as taxas reduzidas de IVA. A Presidência reconheceu não haver consenso sobre a proposta de Directiva, mas concordou que as taxas reduzidas de IVA sobre os</p> </li> </ul>

## INICIATIVA

## SUMÁRIO

serviços com utilização de mão-de-obra intensiva devem fazer parte das medidas tendentes à recuperação económica da UE. O debate deverá continuar sob a Presidência Checa.

Tributação dos rendimentos da poupança - O Conselho aprovou o projecto de conclusões sobre a proposta de Directiva apresentada pela Comissão, tendo convidado a mesma a prosseguir com celeridade as negociações e as conversações exploratórias com os centros financeiros exteriores à UE.

Código de conduta para a tributação das empresas - O Conselho tomou conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo Código de Conduta durante a Presidência Francesa e adoptou o programa de trabalho deste Grupo para os próximos 18 meses, o qual clarifica as regras de funcionamento do Grupo e atribui-lhe novas áreas de investigação. O Conselho solicitou ao Grupo Código de Conduta que continue a assegurar o congelamento de medidas fiscais prejudiciais, na apreciação que fizer do carácter eventualmente prejudicial de quaisquer novas medidas fiscais, e que continue a reanalisar as disposições existentes e as práticas em vigor, de forma a que os estados-membros desmantelem, quando necessário, essas mesmas disposições e práticas, com o objectivo de eliminar o mais rapidamente possível quaisquer medidas prejudiciais. O Conselho solicitou ainda ao Grupo Código de Conduta que reporte os seus trabalhos ao Conselho antes do final da Presidência Checa.

O Conselho adoptou igualmente uma Resolução sobre a coordenação dos sistemas de fiscalidade directa em matéria de tributação à saída, de cujo teor consta a questão da determinação do valor de mercado para efeitos de tributação das mais-valias em caso de transferência de uma actividade económica entre dois estados-membros.

Reunião Conselho Europeu

11-12 de Dezembro de 2008

Na reunião do Conselho Europeu, os Chefes de Estado ou de Governo discutiram, entre outras, as questões preparadas pelo Conselho ECOFIN, sendo de salientar a aprovação do plano de relançamento da economia europeia, plano que constituirá o quadro coerente em que se deverão inscrever as medidas a tomar tanto a nível comunitário como nacional. O plano representa um esforço total de cerca de 1,5% do PIB da União Europeia, o que significa cerca de 200 mil milhões de euros. O Conselho apoiou um conjunto de medidas da competência da União, nomeadamente: (i) o aumento das intervenções do Banco Europeu de Investimento; (ii) a simplificação dos procedimentos e a aceleração dos programas financiados pelos fundos comunitários; (iii) o lançamento de medidas suplementares do Fundo Social Europeu e a mobilização do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização para apoiar o emprego; (iv) a possibilidade da aplicação, por parte do estados-membros, de IVA reduzido em certos sectores (questão ainda em discussão no âmbito do ECOFIN); e (v) a prossecução de uma redução dos encargos administrativos das empresas.

Por outro lado, o Conselho acordou as directrizes em que se devem enquadrar as medidas a implementar pelos estados-membros: (i) as medidas de apoio à procura devem ser temporárias, atempadas e dirigidas para os sectores mais vulneráveis; (ii) as medidas podem assumir a forma de aumento de despesa pública, redução da pressão fiscal, redução dos encargos sociais, auxílios a empresas de determinados sectores ou a famílias; (iii) as medidas de curto prazo devem enquadrar-se na prossecução da Estratégia de Lisboa.

Relativamente às questões financeiras, o Conselho Europeu concordou em

## INICIATIVA

## SUMÁRIO

manter uma estreita coordenação a nível comunitário, de forma a garantir uma preparação eficaz das próximas cimeiras internacionais, na sequência da cimeira de Washington, a 15 de Novembro, o que permitirá à Europa continuar a apontar o caminho para uma reforma eficaz do sistema financeiro internacional.

### Iniciativa para o Investimento e o Emprego

A Iniciativa para o Investimento e o Emprego foi aprovada em Conselho de Ministros de 13 de Dezembro de 2008. Esta iniciativa compreende um conjunto de medidas que visam minimizar o impacto da actual crise financeira e económica internacional na economia portuguesa e prevê um investimento de 2180 milhões de euros, sendo 1300 milhões de financiamento nacional e 880 milhões de financiamento europeu.

As prioridades definidas no âmbito deste plano são a modernização de escolas, energia sustentável, modernização da infra-estrutura tecnológica das comunicações - redes de banda larga de nova geração, o apoio à actividade económica, designadamente exportações e PME, e apoio ao emprego.

Destacam-se algumas medidas no contexto dos apoios à actividade económica e ao emprego:

- Linha de crédito de 2.000 milhões de euros para PME;
- Criação de um fundo de reestruturação industrial;
- Apoio aos mecanismos de seguro de crédito à exportação – 4.000 milhões de euros;
- Crédito fiscal ao investimento em 2009, que pode ir até 20% do montante investido, dedutível em 4 anos;
- Autoliquidação do IVA na prestação de serviços à Administração Pública de montante superior a 5.000 euros;
- Aceleração do reembolso do IVA, baixando o limiar de 7.500 euros para 3.000 euros;
- Redução do valor do Pagamento Especial por Conta para 1.000 euros;
- Apoios à manutenção e à criação de emprego;
- Apoio à formação.

### Simplex

Decorreu, entre os dias 15 e 19 de Dezembro, a Semana Simplex que visou aferir os desenvolvimentos do Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa e apresentar novas iniciativas de modernização dos serviços públicos, com esperados benefícios para as pessoas e empresas, e ganhos de eficiência da Administração Pública.

Neste âmbito, destaca-se a apresentação e demonstração dos novos serviços on-line disponíveis no Portal da Empresa, nomeadamente: o Siconf Online, em que as empresas vão poder concentrar toda a informação/documentação numa área personalizada e privada do novo Portal da Empresa; a Firma-Online, em que o nome da empresa poderá ser escolhido em 24 horas; e o sistema de suporte ao novo regime da actividade industrial, onde as empresas vão passar a ter um interlocutor único nos processos de licenciamento.

### Sector Automóvel

Dado o peso do sector na economia nacional, o Governo anunciou um Plano de Apoio ao sector automóvel visando a manutenção de empregos e a melhoria da competitividade deste sector face à presente crise internacional. O Plano representa um investimento de 900 milhões de euros que se prevê estarem operacionais em Janeiro, e é constituído por um conjunto de medidas estruturadas em quatro vertentes:

INICIATIVA	SUMÁRIO
Estímulo ao Emprego e à sua melhor Qualificação	Implementar o “Programa Qualificação-Emprego para o Sector Automóvel”, que se estima vir a abranger cerca de 10 mil trabalhadores com um custo total de 70 M€.
Apoio às insuficiências financeiras	Lançar uma linha de Crédito específica de 200M€ para empresas exportadoras do Sector Automóvel
	Implementar um novo modelo de acesso ao seguro de crédito
Ajustamento ao perfil industrial e tecnológico do sector	Acelerar os pagamentos de incentivos relativos a projectos aprovados no PRIME e no QREN
	Apoiar projectos de melhoria de eficiência dos processos produtivos
	Apoiar ajustamento para novos perfis de especialização em torno de veículos e tecnologias de emissões reduzidas
Ajustamento ao perfil industrial e tecnológico do sector. Incentivo selectivo à procura	Lançar um mecanismo de co-financiamento a operações de fusão e aquisição
	Incentivar de forma selectiva o abate de veículos
	Incentivar de forma selectiva a aquisição e operação de veículos de emissões zero
Pólos de Competitividade	O processo de avaliação de candidaturas ao Programa Pólos de Competitividade terminou no dia 19 de Dezembro. Este programa é um instrumento que visa a dinamização da economia nacional induzindo a cooperação entre os agentes económicos como base para o desenvolvimento. A política de cooperação está reflectida nas Estratégias de Eficiência Colectiva previstas no QREN, que se materializam através da criação de Pólos Regionais ou de dimensão internacional através de parcerias integradas por empresas e Instituições de Ensino Superior e Formação Profissional, Instituições de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, Associações Empresariais, Entidades de desenvolvimento regional e Entidades gestoras de Infra-estruturas.

## 2. SELECÇÃO DE MEDIDAS LEGISLATIVAS

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<p><i>Promoção dos Direitos dos Consumidores</i></p> <p>Portaria n.º 1340/2008 - I Série n.º 230, de 26/11</p>	<p>Cria, no âmbito do Ministério da Economia e da Inovação, o Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores. O Fundo tem por objectivo apoiar a realização de projectos relativos à promoção dos direitos e interesses dos consumidores, designadamente financiar mecanismos extrajudiciais de acesso à justiça, apoiar projectos de âmbito nacional, regional ou local de promoção de direitos e interesses dos consumidores, bem como assegurar a restituição das cauções que vierem a ser reclamadas pelos consumidores. O capital inicial do Fundo é de € 14.713.255,92, correspondente ao montante das cauções não devolvidas relativas à prestação do serviço de fornecimento de electricidade, gás e água. A presente portaria entrou em vigor a 27 de Novembro de 2008.</p>
<p><i>Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado</i></p> <p>Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008 - I Série n.º 231, de 27/11 (1.º Suplemento)</p>	<p>Aprova o Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado a fornecedores, com o qual se pretende garantir os pagamentos a credores privados das dívidas vencidas dos serviços e organismos da administração directa e indirecta do Estado, das Regiões Autónomas e dos municípios, de forma a reduzir os prazos de pagamento praticados por entidades públicas. Com estas novas medidas, serão mobilizados 1.200 milhões de euros para pagamento das dívidas vencidas dos serviços e organismos da administração directa e indirecta do Estado e do Serviço Nacional de Saúde. Destaca-se ainda a abertura de uma linha de financiamento de médio e longo prazo a conceder às Regiões Autónomas e aos municípios para pagamento de dívidas a fornecedores, cujo montante poderá atingir os 1250 milhões de euros. Estabelecem-se medidas sancionatórias para os serviços com prazos médios de pagamento alargados e introduzem-se medidas que reforçam o quadro de transparência dos deveres de informação.</p>
<p><i>Constituição Imediata de Associações</i></p> <p>Portaria n.º 1355/2008 - I Série n.º 231, de 27/11</p>	<p>Alarga às seguintes conservatórias do Registo Comercial a competência para a tramitação do regime especial de constituição imediata de associações: Conservatória do Registo Comercial de Abrantes, de Bragança, de Elvas, de Guimarães, de Lagos, de Lamego, de Monção, de Montemor-o-Novo, de Oliveira do Bairro, de Pombal, de Vila do Conde e de Vila Franca de Xira. A</p>

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Estabelecimentos de Restauração</i> Decreto Regulamentar n.º 20/2008 - I Série n.º 231, de 27/11	presente portaria entrou em vigor a 28 de Novembro de 2008.  Estabelece os requisitos específicos a observar na instalação e no funcionamento dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas. Paralelamente, institui um regime de classificação voluntário da responsabilidade dos agentes. No que se refere aos requisitos físicos das instalações, dá-se especial relevância às regras destinadas a garantir a higiene e segurança dos espaços e dos alimentos. Relativamente aos requisitos de funcionamento, pretende-se essencialmente salvaguardar os direitos e garantias dos utentes destes serviços. Elimina-se o actual sistema de classificação dos estabelecimentos de restauração e bebidas, devolvendo-se à iniciativa privada a implementação de sistemas de classificação voluntários. Os estabelecimentos de restauração ou bebidas existentes à data da entrada em vigor do presente diploma dispõem do prazo de seis meses para se adaptarem e darem cumprimento aos requisitos agora estabelecidos. Os estabelecimentos em funcionamento que estejam classificados como restaurantes típicos ou estabelecimentos de luxo, mantêm as respectivas classificações por um prazo de cinco anos, findo o qual não podem usar ou publicar a classificação atribuída ao abrigo do regime anterior. O presente diploma entra em vigor a 27 de Dezembro de 2008.
<i>Benefício Fiscal ao Gasóleo</i> Despacho n.º 31181/2008 - II Série Parte C n.º 235, de 4/12	Determina a criação de um grupo de trabalho que tem por objectivo a apresentação de propostas com vista a uma maior eficácia do sistema de gestão e controlo da aplicação do benefício fiscal ao gasóleo colorido e marcado, no sentido de evitar a ultrapassagem pelos beneficiários dos "plafonds" que lhes são atribuídos anualmente. Este grupo de trabalho deverá apresentar propostas até 4 de Março de 2009.
<i>Programa Operacional Potencial Humano (POPH) – QREN 2007-2013</i> Despacho n.º 31219/2008 - II Série Parte C n.º 235, de 4/12	Aprova o Regulamento que define o regime de acesso à Tipologia de Intervenção 2.4 - Reequipamento e Consolidação da Rede de Centros de Formação, do Eixo 2 - Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida do Programa Operacional Potencial Humano (POPH). O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008. As candidaturas serão apresentadas após abertura de procedimento devidamente publicitado no site do POPH, devendo ser apresentadas exclusivamente através do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE) disponível no endereço <a href="http://siifse.igfse.pt">http://siifse.igfse.pt</a> .
<i>Programa Operacional Potencial Humano (POPH) – QREN 2007-2013</i> Despacho n.º 31220/2008 - II Série Parte C n.º 31219, de 4/12	Aprova o Regulamento Específico que define as condições de acesso à Tipologia de Intervenção 6.13 - Contratos Locais de Desenvolvimento Social, do Eixo 6 - Cidadania, Inclusão e Desenvolvimento Social, do Programa Operacional Potencial Humano (POPH). A presente Tipologia de Intervenção tem por objectivo promover a inclusão social dos cidadãos através de acções a executar em parceria, de forma a combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos. Assim, são elegíveis as acções enquadradas no Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, o qual integra os seguintes eixos de intervenção: (i) Emprego, formação e qualificação; (ii) Intervenção familiar e parental; (iii) Capacitação da comunidade e das instituições; (iv) Informação e acessibilidade. O presente regulamento é aplicável às acções realizadas no âmbito do Eixo 6, para as regiões do Norte, Centro e Alentejo, as quais integram o Objectivo da Convergência, do Eixo 8, para a região do Algarve, e do Eixo 9, para a região de Lisboa. As candidaturas serão apresentadas após abertura de procedimento devidamente publicitado no site do POPH, devendo ser apresentadas exclusivamente através do Sistema Integrado de Informação do Fundo Social Europeu (SIIFSE) disponível no endereço <a href="http://siifse.igfse.pt">http://siifse.igfse.pt</a> .
<i>Programa Operacional Potencial Humano (POPH) – QREN 2007-2013</i> Despacho n.º 31221/2008 - II Série Parte C n.º 235, de 4/12	Aprova o Regulamento específico que define as condições de acesso à tipologia de intervenção n.º 1.5, «Reequipamento dos estabelecimentos de ensino», do eixo n.º 1, «Qualificação inicial de jovens», do Programa Operacional Potencial Humano (POPH). Podem ser objecto de apoio os projectos de remodelação e ou adaptação de espaços físicos, de aquisição de equipamentos e de aquisição de software com vista à modernização tecnológica das escolas ou ao desenvolvimento de software educativo.
<i>Alteração do IRC / IRS / IMI</i> Lei n.º 64/2008 - I Série n.º 236, de 5/12	Aprova diversas alterações fiscais no âmbito do IRS, IRC, IMI e Estatuto dos Benefícios Fiscais. No que se refere ao Imposto sobre o Rendimento das pessoas Colectivas: - Altera-se o prazo do 3.º pagamento por conta, que passa a ter que efectuar-se até 15 de Dezembro ao invés de, tal como na actual legislação, ser até ao fim do mês referido (artigo 96.º do CIRC). Elevam-se de 5% para 10% e de 15% para 20% as taxas de tributação autónoma previstas, respectivamente, nos números 3 e 4 do artigo 81.º do CIRC, relativas aos encargos relativos a despesas de representação e os relacionados com viaturas ligeiras de passageiros ou mistas. Em sede de Imposto Municipal sobre Imóveis: Reduzem-se as taxas máximas relativas aos prédios urbanos avaliados e não avaliados, em 0,1%; Estabelece-se a possibilidade de os municípios fixarem as taxas a aplicar em cada ano, podendo fazê-lo por freguesia. Em sede de Estatuto de Benefícios Fiscais: Alarga-se o prazo de isenção de IMI para a habitação própria permanente de

ASSUNTO/DIPLOMA	DESCRIÇÃO
<i>Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado</i>	6 para 8 anos, para prédios com Valor Tributável até 157 500 euros, e de 3 para 4 anos, para prédios com Valor Tributável de 157 500 euros até 236 250 euros; Estabelece uma tributação autónoma para as empresas de fabricação e distribuição de produtos petrolíferos refinados, no âmbito da qual impõe os métodos FIFO (First-In First-Out) ou do Custo Médio Ponderado como critérios de valorimetria dos stocks de petróleo para efeitos fiscais. A presente lei entrou em vigor a 6 de Dezembro de 2008 e produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2008.
Portaria n.º 1443/2008 - I Série n.º 240, de 12/12	Regula, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado a fornecedores, o funcionamento e o acesso ao balcão único previsto no n.º 4 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 191-A/2008, de 27 de Novembro. São estabelecidas as condições de acesso, a natureza das dívidas susceptíveis de regularização, bem como os procedimentos associados ao reconhecimento e pagamento da dívida através deste mecanismo. Podem aceder ao balcão único os credores privados dos serviços e organismos da administração directa e indirecta do Estado. O recurso a este mecanismo de regularização é aplicável apenas a dívidas de natureza comercial, designadamente as que resultem da aquisição de bens e serviços, de empreitadas de obras públicas e de contratos de locação que preencham, cumulativamente, as seguintes condições: (i) sejam certas, líquidas e exigíveis; (ii) se encontrem suportadas por factura, ou documento equivalente, emitida antes da data de entrada em vigor da presente portaria; (iii) e cuja data limite de pagamento não ultrapasse o dia 31 de Dezembro de 2008. O acesso ao balcão único depende da apresentação de requerimento de pagamento de dívidas, a qual deve ocorrer entre 15 de Dezembro de 2008 e 31 de Janeiro de 2009. Este requerimento é preenchido e entregue por via electrónica, através do sítio do balcão único junto do Ministério das Finanças. Os processos de regularização de dívidas associados aos requerimentos recebidos no balcão único no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado são concluídos até 15 de Abril de 2009.
<i>Energia Eléctrica / Energia das Ondas</i>	Aprova as bases de concessão para a exploração da zona piloto para a produção de energia eléctrica a partir da energia das ondas e atribui a respectiva concessão a uma sociedade a constituir pela REN - Redes Energéticas Nacionais, S. G. P. S., S. A.
Decreto-Lei n.º 238/2008 - I Série n.º 241/2008, de 15/12	

## Abreviaturas Utilizadas



## Abreviaturas

Siglas	Descrição	Siglas	Descrição
ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal	IUC	Imposto Único de Circulação
ADSE	Direcção-Geral de Protecção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública	IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
AL	Administração Local	MC	Ministry of Commerce of China
AR	Administração Regional	Michigan	Universidade de Michigan
BCE	Banco Central Europeu	NBSC	National Bureau of Statistics of China
BEA	Bureau of Economic Analysis	OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
BGFRS	Board of Governors of the Federal Reserve System	OE	Orçamento do Estado
BLS	Bureau of Labour Statistic	ONS	Instituto Nacional de Estatística do Reino Unido
BP	Banco de Portugal	OT	Obrigações do Tesouro
BT	Bilhetes do Tesouro	PIB	Produto Interno Bruto
BVLP	Bolsa de Valores de Lisboa e Porto	SDDS	Special Data Dissemination Standard
CE	Comissão Europeia	SFA	Serviços e Fundos Autónomos
CEDIC	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo	SNS	Serviço Nacional de Saúde
CGA	Caixa Geral de Aposentações	SS	Segurança Social
CMVM	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários	UE	União Europeia
COGJ	Cabinet Office Government of Japan	VAB	Valor Acrescentado Bruto
DGEG	Direcção-Geral de Energia e Geologia	Yahoo	Finance Yahoo
DGO	Direcção-Geral do Orçamento		
DGT	Direcção-Geral do Tesouro		
EPA	Economic Planning Agency		
Eurostat	Instituto de Estatística da UE		
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo		
FMI	Fundo Monetário Internacional		
FSO	Instituto Nacional de Estatística da Alemanha		
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e da Inovação		
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais do Ministério das Finanças e da Administração Pública		
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional		
IGCP	Instituto de Gestão do Crédito Público		
IGFSS	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social		
IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor		
INE	Instituto Nacional de Estatística		
INSEE	Instituto Nacional de Estatística da França		
IPC	Índice de Preços no Consumidor		
IRC	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas		
IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		
IS	Imposto do Selo		
ISM	Institute for Supply Management		
ISP	Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos		
ISTAT	Instituto Nacional de Estatística da Itália		
ISV	Imposto sobre Veículos		

Siglas	Unidades
%	Porcentagem
p.p.	Pontos percentuais
p.b.	Pontos base
EUR/USD	Dólar americano por Euros
EUR/GBP	Libra Esterlina por Euros
MM3	Médias móveis de três termos
SRE	Saldo de Respostas Extremas
VA	Valores Acumulados
VC	Varição em Cadeia
VCS	Valor Corrigido de Sazonalidade
VE	Valor Efectivo
VH	Varição Homóloga
VHA	Varição Homóloga Acumulada
VITA	Varição inter-tabelas anualizada. Refere-se a Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho publicados desde o início do ano até ao mês em referência e com início de eficácia no respectivo ano
VM12	Varição Homóloga dos últimos 12 meses

## Notas Gerais

Unidade – unidade/medida em que a série se encontra expressa.  
 : representa valor não disponível.  
 - não se aplica.